



Assembleia Municipal de Sesimbra

**ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DE DEZEMBRO DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SESIMBRA, REALIZADA NO DIA 28 DE DEZEMBRO DE
2021**

-----Aos vinte e oito dias do mês de dezembro de 2021, no Cineteatro Municipal João Mota, em Sesimbra, realizou-se pelas 21h00, a primeira reunião da sessão ordinária de dezembro da Assembleia Municipal de Sesimbra (AMS), sob a presidência do Sr. João Francisco da Conceição Ribeiro Narciso, e secretariada pelos Srs. Álvaro Manuel de Aguiar Monteiro e Sónia Patrícia Narciso Faria Lopes, Primeiro e Segunda Secretários, respetivamente, com a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

- 1. Apreciação da Atividade Municipal;**-----
- 2. Grandes Opções do Plano (PPI E AMR'S) 2022 e anos seguintes, Orçamento do ano de 2022, 2023, 2024, 2025 e 2026 – Mapa de Pessoal;**-----
- 3. Taxa Municipal de Direitos de Passagem'2022 – Fixação;**-----
- 4. Transferência de Competências da Administração Central ao abrigo da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto – Diploma Setorial no Domínio da Ação Social;**-----
- 5. Auto de Transferência de Competências e Recursos do Município de Sesimbra para a Freguesia de Santiago, Freguesia do Castelo e Freguesia da Quinta do Conde – Aprovação.**-----

-----Feita a chamada verificaram-se as seguintes presenças:-----
----- Pelo Grupo Municipal da CDU - João Francisco da Conceição Ribeiro Narciso, Vítor Ribeiro Antunes, Sandra Marília Martins Rodrigues de Carvalho, Rui João Graça Rodrigues, Paula Alexandra Cacela Conceição Graça Rodrigues, Álvaro Manuel de Aguiar Monteiro, Sónia Patrícia Narciso Faria Lopes e Pedro Miguel Pinto Mendes.-----
-----Pelo Grupo Municipal do PS – Sérgio Miguel Redondo Faias, Pedro Miguel dos Santos Mesquita, Ricardo Alves Mendes, Cláudia Sofia Durand Cocharra Gorjão da Mata, Andredina Gomes Cardoso, Paulo do Carmo de Sá Caetano e António Fernando Amiano Marques.-----
-----Pelo Grupo Municipal do Chega – Maria Madalena Cartaxo Serra. -----
-----Pelo Grupo Municipal do Partido Social Democrata (PPD/PSD) - Carlos Filipe Pereira de Oliveira e Germano Óscar Amorim de Barros; -----
-----Pelo Grupo Municipal do BE - Carlos Alexandre Pinto de Oliveira Macedo. -----
-----A Deputada Municipal Independente - Anabela Ribeiro Pinto da Rocha. -----

Ata nº 5 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Compareceram ainda, o Presidente da Junta de Freguesia da Quinta do Conde, Carlos Alberto Pólvora Anjos Cruz, o substituto da Presidente da Junta de Freguesia de Santiago, Sérgio Fidalgo Carvalho, e a substituta da Presidente da Junta de Freguesia do Castelo, Sónia Alexandra Sanches Chilra.-----

-----Comprovada a existência de quórum, 23 presenças, o **Presidente da Assembleia Municipal** declarou aberta a reunião eram vinte e uma horas. -----

-----Verificaram-se também as presenças do Presidente da Câmara Municipal de Sesimbra (CMS), Francisco Manuel Firmino de Jesus, bem como da Vice-presidente, Felícia Maria Cavaleiro da Costa e dos Vereadores Nélon Carlos Simplício Pólvora, Maria Argentina Amiano Marques, Alfredo Miguel Pires Fernandes e Márcio António de Sousa Oliveira.-----

-----**O Presidente da AMS** começou por cumprimentar todos os presentes bem como o público que assistia à transmissão em direto a partir de casa e justificou em seguida as ausências da Deputada Luisa Carvalho que era substituída pelo Deputado António Marques, da Presidente da Junta de Freguesia de Santiago, Laura Maria Pinto Correia e da Presidente da Junta de Freguesia do Castelo, Maria Manuel de Jesus Gomes dos Santos, que se faziam representar pelo Secretário Sérgio Fidalgo Carvalho e pela Vogal Sónia Alexandra Sanches Chilra, respetivamente. -----

-----Desejou, em nome da Mesa da AMS, os votos de um bom trabalho.-----

-----Deu depois conhecimento de uma ausência, de última hora, da Deputada Sílvia Marina Melo Montanha, do Grupo Municipal (GM) do CHEGA, e também do Vereador José Polido que não estava presente por motivo de ordem pessoal. -----

-----Destacou em seguida, no período de informações, a reunião conjunta das Comissões permanentes da AMS, realizada no passado dia 20, para análise das **Grandes Opções e Orçamento para 2022 e Mapa de Pessoal**, com a presença do Vereador José Polido que se fez acompanhar dos Técnicos Dr. Anibal Sardinha, Dra. Graça Candeias e Dr. António Mendonça. -----

-----Continuou dizendo que sendo hoje uma sessão ordinária haveria lugar ao “Período de Antes da Ordem do Dia” (PAOD), mas tal como previa o Regimento da AMS, na sessão dedicada às GOPs e Orçamento, bem como na sessão de abril destinada ao Relatório e Contas, estava previsto a não realização do PAOD, e essa tinha sido a opção acordada em reunião da Comissão de Líderes dos Grupos Municipais, porque nomeadamente, o ponto respeitante às Grandes Opções e Orçamento era muito denso o que implicava muito tempo a ser debatido. -----

-----Deu depois nota da alteração do local da reunião, do Auditório Conde de Ferreira para o Cineteatro Municipal, porque o recinto era mais amplo e permitia o cumprimento das normas de distanciamento que

Ata nº 5 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

estava a ser cumprido. Aproveitou para apelar a todos os presentes a manutenção das normas de distanciamento, uso da máscara, e utilização do álcool gel, que eram regras que já estavam praticamente instituídas e interiorizadas por todos, e que as mantivessem no decorrer de toda a reunião.-----

-----A Sala Mário João Sargedas dispunha de um sistema de desinfeção por UV que era acionado após cada utilização, assim como o Auditório Conde de Ferreira dispunha desse mesmo método de desinfeção.

-----Também fora aplicada a medida de testagem antes da sessão que a seu ver, tinha sido benéfica, sendo mais um critério de segurança e um claro sinal de preocupação e responsabilidade de todos os presentes. A realização das reuniões dos órgãos autárquicos não estava sujeitas a normas específicas, para além das habitualmente instituídas. A testagem tinha sido uma opção como um critério de precaução. --

----- Informou depois que em reunião de Comissão de Líderes dos Grupos Municipais ficara decidido submeter à votação do Plenário, a divisão da sessão em duas reuniões, sendo a 2.ª reunião realizada no dia 14 de janeiro de 2022, pelas 21h00, no Cineteatro Municipal João Mota, e alterar a organização da sessão e distribuição dos pontos pelas 2 reuniões, ficando para o dia 14 de janeiro de 2022, o seguinte ponto da Ordem do Dia: -----

-----5. Apreciação da Atividade Municipal. -----

-----Submetida a votação a proposta de divisão da sessão, esta foi aprovada por maioria, com 22 votos a favor (10 CDU, 8 PS, 1 CHEGA, 2 PPD/PSD e 1 BE) e 1 voto contra da Deputada Independente que prestou a seguinte Declaração de Voto:-----

-----*“Uma vez mais não existem atas da Comissão de Líderes e não fui informada que esta proposta estava em cima da mesa, vinha com a expectativa de ao fim de 3 dias úteis ter preparado 300 páginas e as poder discutir. Considerava uma enorme desconsideração e uma grande irregularidade não ter sido comunicada a proposta.”* -----

-----**O Presidente da AMS** respondeu que as Declarações não estão sujeitas a qualquer tipo de comentário, discussão ou debate, mas cumpria à Mesa dizer que todos os deputados e deputadas tinham sido informados sobre a situação em questão.-----

-----Iniciou em seguida o “Período de Intervenção Aberta aos Cidadãos” informando, no entanto, que não recebera qualquer pedido de intervenção por parte dos Cidadãos e Cidadãs presentes. -----

-----Prosseguindo os trabalhos cedeu a palavra à **Deputada Anabela Rocha** que apresentou o seguinte Protesto:-----

-----*“É um protesto pela marcação da reunião nesta data, no meio das festas, quando a Lei permitia que o Orçamento fosse apresentado mais tardiamente do que o habitual visto as eleições terem sido depois*

Ata nº 5 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

de junho.-----
-----Por outro lado protesto também por esta reunião ser presencial numa semana de teletrabalho obrigatória.-----
-----Por fim um protesto por apenas hoje à uma da tarde ter sido acedido existir a testagem nesta reunião, após eu ter enviado um email e ter feito um telefonema à DGS insistindo que de facto seria o mínimo que poderia ocorrer.”-----
----- **O Presidente da AMS** esclareceu que já referira noutra circunstância, e ia tornar a referir **as vezes** que fossem necessárias, que o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Sesimbra não cedia a pressões viessem elas de onde viessem, pelo simples facto de nem sequer as admitir.-----
-----Quando se afirmava que avançara para uma testagem por pressão de A, B ou C, eram glórias que ficavam para quem as pretendia, mas aquela tinha sido uma situação que sempre estivera eminente e acautelada, portanto não fora por imposição ou pressão que a medida fora tomada.-----
-----Acrescentou que gostaria que a Deputada Anabela Rocha procurasse na lei um artigo que estipulasse que a testagem era obrigatória numa reunião de um órgão autárquico. Não ia encontrar. A lei era omissa.-----
-----A Mesa da Assembleia Municipal de Sesimbra decidira avançar atempadamente, em conjunto com o Gabinete da Presidência da Câmara Municipal e com o Gabinete Municipal de Proteção Civil, a quem naturalmente a AMS agradecia a colaboração e disponibilidade em proporcionar a testagem para que todos se sentissem em plena segurança e dar um sinal de preocupação porque a obrigatoriedade, essa não existia.-Dando início ao Período da Ordem do Dia, declarou aberto o atual ponto 1 - **Grandes Opções do Plano (PPI E AMR’S) 2022 e anos seguintes, Orçamento do ano de 2022, 2023, 2024, 2025 e 2026 – Mapa de Pessoal.**-----
-----Disse que a reunião conjunta das Comissões permanentes da AMS apreciara o assunto sendo que queria agradecer a disponibilidade do Vereador José Polido e dos técnicos Dr. Anibal Sardinha, Dra. Graça Candeias e Dr. António Mendonça, assim como o seu empenho e profissionalismo e através deles estender a todos os técnicos da CMS que se dedicavam à elaboração destes documentos.-----
-----Tinha sido uma reunião onde o Vereador fizera uma apresentação dos documentos disponibilizados pela CMS à AMS em 17 de dezembro.-----
-----Não tinham sido levantadas grandes dúvidas técnicas e nenhum Grupo Municipal dera indicação do seu sentido de voto relativamente ao assunto.-----
-----Tinha sido uma reunião proveitosa como eram aliás todas as reuniões das Comissões,

Ata nº 5 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

nomeadamente das conjuntas, onde os deputados podiam esclarecer as dúvidas técnicas aproveitando a presença dos técnicos das áreas consoante os temas e assuntos.-----

-----Cedeu de seguida o uso da palavra ao Presidente da CMS.-----

-----**O Presidente da CMS** após cumprimentar todos os presentes e o público que acompanhava a sessão através do canal *Youtube* da CMS, disse que antes de iniciar a apresentar os documentos em questão disse que queria fazer o enquadramento no que respeitava ao contexto epidemiológico do Concelho de Sesimbra. -----

-----Referiu que na última semana e meia sofrera uma evolução negativa. De facto, nos próximos dois dias iria ultrapassar a fasquia de 1 milhão de casos infetados por 100 mil habitantes. -----

-----Prosseguiu dizendo que seria normal e expectável que num ano eleitoral, a composição e elaboração de um instrumento previsional fosse sempre mais complicada, porque obedecia a um curto espaço de tempo, se o Município o queria ter no dia 1 de janeiro eficaz para o exercício das atribuições e competências do próprio Município. O protelar da discussão da entrada em vigor e se a AMS não o aprovasse, resultaria manter em vigor o orçamento de 2021, e do ponto de vista técnico e contabilístico era demasiado moroso na perspetiva daquilo que seria o conjunto das atividades previstas para 2022.---

-----Não era à toa que um conjunto de assembleias municipais pela Região toda, e particularmente a nossa, iriam reunir nesta semana. Seixal reunia hoje, Almada amanhã e Setúbal reunia no dia 30, exatamente porque o esforço que todos os serviços municipais faziam para ter os instrumentos previsionais prontos para o dia 1 de janeiro e fazer a transição de um orçamento para o outro era grande, mas obviamente tornava muito mais eficaz o que eram estes mesmos instrumentos naquilo que era o ano económico e o ano civil.-----

-----Disse que uma vez que tinha havido uma reunião com todas as comissões no passado dia 20 e contara com a presença do Vereador José Polido que não estava hoje presente, e também dos técnicos das respetivas unidades orgânicas do Município que tinham a responsabilidade também de elaborar os documentos previsionais, no fundo uma reunião técnica conforme o Presidente da AMS referira, considerara não ter que chamar os técnicos ao plenário, uma vez que do ponto de vista técnico, as dúvidas poderiam ter sido retiradas, e assim evitara trazer mais um conjunto de pessoas para acompanhar a reunião sobretudo no contexto em que hoje se encontravam. -----

-----Os documentos previsionais para 2022 propostos apontavam para um valor de 64 milhões de euros, acerca de 4 milhões acima do que fora o orçamento inicial do ano de 2021. -----

-----Este aumento de 4 milhões estava entroncado apenas numa das rubricas, obviamente com

Ata nº 5 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

oscilações em todas elas na estrutura da receita, que eram meramente pontuais e sem grande expressão e que acompanhavam aquilo que também eram as regras orçamentais para elaboração dos orçamentos, com exceção do IMT, que vinha tendo uma subida nos últimos anos, relativamente elevada. -----

----- Sendo uma rubrica da receita que era volátil, o Município devia ter alguma cautela na ponderação daquilo que era efetivamente o orçamento. -----

----- O orçamento era otimista naquilo que eram as previsões de arrecadação da receita em 2022, mas também tendo em linha de conta o que fora nos anos anteriores, mas não deixava de ser realista partindo do pressuposto do que vinha sendo a prática da CMS, particularmente nos últimos anos, que era conseguir que o aspeto realista de execução orçamental fosse também traduzido naquilo que era a execução da despesa, que a receita tivesse sempre uma execução nunca inferior a 85% do estimado inicialmente, nem que para isso houvesse a necessidade, a meio do “campeonato”, ou seja o ano económico, de fazer uma revisão das Grandes Opções do Plano e da estrutura da receita do município, de forma a adequar à função do que era a evolução da estrutura da própria receita. -----

----- Disse depois que no âmbito da receita, cerca de 57 milhões eram receitas correntes, as receitas de capital eram no valor de 6 milhões e 277 mil euros e uma parte significativa advinha sobretudo dos projetos cofinanciados que a CMS tinha em curso. -----

----- No âmbito da estrutura da receita, o que se evidenciava, claramente, era nos impostos diretos uma subida de 23 milhões e 230 mil euros estimado no início de 2021, para 29 milhões e 181 mil euros portanto lá estava o aumento em cerca de 5,9 milhões, grande parte entroncado naquilo que era a perspetiva da arrecadação do IMT que na execução orçamental de 2021 ultrapassaria claramente a execução de 100%. -----

----- Aproveitou para dizer que ao dia de hoje, podia garantir que o saldo orçamental de 2021 rondaria os 5 milhões de euros, que era o maior saldo orçamental da história do Município de Sesimbra. -----

----- Disse que também do ponto de vista da execução da despesa, uma parte significativa tinha atrasos substanciais na execução daqueles que eram os grandes projetos. Muitas das empreitadas não tinham sido lançadas até porque os concursos tinham ficado desertos e iriam ser novamente lançados, e outras tinham sofrido atrasos como se vinha verificando nas reuniões de CMS com as modificações contratuais. -----

----- Do ponto de vista da estrutura da despesa disse que se verificava também pelos gráficos, que não existia grande oscilação face aos anos anteriores. Portanto a despesa corrente assumia um valor de cerca de 40 milhões e a despesa de capital de 22 milhões e 874 mil Euros. Eram os documentos previsionais apresentados que no âmbito da despesa de capital, investimento, apresentava o valor mais elevado da sua história. -----

Ata nº 5 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Num quadro normal, sem olhar para os últimos dois, três, quatro anos, sem fundos comunitários, sem grandes projetos e sem grandes participações financeiras, aquilo que era a capacidade numa estrutura da receita que era estável, apesar de tudo, com exceção do IMT, com esta volatilidade em alta nos últimos anos, aquilo que se verificava era que o Município, normalmente, tinha uma capacidade de intervenção no âmbito do investimento de despesa de capital entre os 7 e os 10 milhões de euros, e aqui verificava-se claramente como se podia verificar depois pelos quadros comparativos com os orçamentos dos anos anteriores, a grande evolução na receita era sobretudo dedicada às despesas de capital, ou seja investimentos, onde se atingiam valores, que se recuasse quatro anos atrás, eram cerca de metade daqueles que eram propostos para 2022. -----

-----No âmbito da estrutura da despesa, disse que a despesa com pessoal se mantinha na proposta da CMS praticamente sem alteração face ao ano de 2021. Existia a expectativa da CMS, em março ou abril, com a necessária revisão orçamental, onde já teria alguma perceção do comportamento da estrutura da receita face aos anos anteriores para haver eventualmente alguns reajustes, considerando a inserção do saldo do ano anterior, face às necessidades que viessem a ser identificadas, mas também não menos importante dizê-lo, atendendo à inserção, se não houvesse nada em contrário, das receitas e obviamente das competências e atribuições provenientes da descentralização, particularmente em duas ou três áreas de maior dimensão, saúde, ação social e educação. -----

-----Recordou que só na educação se previa a entrada para o mapa de pessoal do Município de cerca de 400 novos trabalhadores. Grande parte das transferências financeiras advinha daquilo que era a rubrica 01, com o pessoal, portanto com as remunerações. Iria haver uma alteração substancial de cerca de 40% de aumento do contingente de recursos humanos da CMS e iria haver, garantidamente, uma alteração do ponto de vista percentual da estrutura da rubrica 01 naquilo que era estrutura da despesa do município nos próximos anos, em alta, obviamente. -----

----- Quanto às Grandes Opções do Plano, o Presidente da CMS disse que assumiam cerca de 30 milhões de euros. De certa forma existiria uma continuidade daquilo que eram os projetos que estavam neste momento em curso. Grande parte deles estavam em execução e tinham um peso grande no orçamento. Existiam oscilações de um ano para o outro relativamente àquilo que eram as estruturas das Grandes Opções do Plano e particularmente as áreas que oscilavam, muitas das vezes, em função do que eram os projetos de grande dimensão e que eram mais onerosos. -----

-----A educação assumia mais uma vez a dianteira. No ano passado não acontecera porque a CMS previra que com a resolução unilateral do contrato com o anterior empreiteiro da obra de ampliação da



Assembleia Municipal de Sesimbra

Escola Navegador Rodrigues Soromenho, a verba alocada à educação fosse menor. Neste momento o processo estava no Tribunal de Contas e se tudo corresse bem, a obra começaria no início do primeiro trimestre.-----

----- Nesta empreitada estavam previstos 2,5 milhões de Euros que obviamente fazia subir a rubrica da educação nas Grandes Opções do Plano. -----

-----A cultura mantinha-se também com valor elevado muito em função dos grandes investimentos, Capela de São Sebastião, Centro de Conhecimento e Cultura Marítima no Edifício da Rua Aníbal Esmoriz no âmbito do Programa Cultural de EEA Grants Portugal, e também o Centro de Interpretação da Arrábida e Auditório da Quinta do Conde, que também estava ali incluído com uma verba, uma vez que o concurso que fora lançado anteriormente ficara deserto e portanto iria haver uma revisão de preços e estava preparado para ser novamente lançado. Estimava-se que com a revisão de preços houvesse um aumento na ordem de meio milhão de euros face ao orçamento inicial estimado para a construção deste Auditório.

----- No âmbito do que vinha sendo um investimento nos últimos anos, disse que o setor de abastecimento, captação, adução e distribuição da água, com a sua modernização, surgia com a segunda maior fatia do orçamento municipal. -----

----- Continuou referindo a obra da Unidade de Saúde de Sesimbra como um elemento também fundamental, a finalização da obra do Bloco da Mata, no Largo 2 de Abril, a Mata da Vila Amália que era uma obra que estava em curso, a reabilitação do Parque da Vila e a do Parque Augusto Pólvora, nomeadamente, no estacionamento e zonas de acesso ao Parque, o início da construção do Parque em Alfarim, na zona mais poente da Freguesia do Castelo.-----

-----Estava previsto um conjunto de investimentos, uns de continuidade e outros novos. -----

-----Destacou o milhão de euros de despesa no ano de 2022 que tinha a ver com a remoção do amianto nos 4 estabelecimentos de ensino, 2.º e 3.º ciclo e secundário, com exceção da Escola Navegador Rodrigues Soromenho, cuja obra estava a decorrer e não fora nessa mesma candidatura. -----

-----Existia um reforço também numa perspetiva de retoma daquilo que eram as atividades económicas e as relacionadas com o turismo, da realização dos grandes eventos culturais, por forma a fomentar uma retoma de economia e a valorização do território de Sesimbra e do destino Sesimbra.-----

----- Assim como a CMS, no último ano e meio, 2 anos, tivera a possibilidade de ter a margem de um conjunto de medidas muito dirigidas, focalizadas e ponderadas de apoio à economia local, nomeadamente ao nível daquilo que era a redução ou mesmo isenção de algumas das taxas, ou outro tipo de apoio que podia surgir como acontecera no passado recente, e, portanto, aquilo que a CMS apresentava no essencial

Ata nº 5 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

era um orçamento realista e otimista. Era a proposta do orçamento maior de sempre da história do município, mas também a prática sobretudo nos últimos anos em que os orçamentos eram sucessivamente maiores do que os anos anteriores. Podia-se verificar que por um lado esse aumento vinha resultando numa maior capacidade de resposta de investimentos do município de Sesimbra, e daí a rubrica da despesa de capital ser a rubrica que mais crescia ao longo dos últimos anos, e por outro lado, a CMS também tinha a capacidade de ainda ter no orçamento a capacidade de endividamento para uma qualquer eventualidade de resposta, uma vez que neste momento se situava em perto de 60 milhões de euros.-----

----- Quem tinha feito uma leitura mais atenta das Grandes Opções do Plano verificava que surgia um conjunto de ações, nas mais diversas áreas, com valores de certa forma residuais e cujo objetivo fora manter de facto as rubricas abertas. O Município estava perante um cenário de grande velocidade naquilo que era a apresentação quer de candidaturas, quer na formulação de avisos para a abertura de candidaturas, particularmente a um instrumento financeiro que era importante que era o PRR, mas não só. O 2020, também em fase do *overbooking*, previa a abertura de alguns avisos muito dirigidos essencialmente a projetos ou iniciativas que já tivessem alguma maturidade ou que já estivessem em execução, e a opção da CMS fora manter no quadro da habitação pública, mas também num conjunto de outras áreas que estavam previstas em sede de PRR.-----

-----Salientou em seguida que na última semana e meia fora aberto um aviso específico que nem sequer vinha explícito nas Grandes Opções do Plano, do MAR 2020 - GAL COSTEIRO, que era específico para o Município de Sesimbra com uma dotação de 1 milhão de euros, financiamento a 85%, em que a CMS tinha até 9 de janeiro para fechar e formalizar as respetivas candidaturas. A CMS ia apresentar duas mais dirigidas à Vila de Sesimbra e uma mais em torno da Lagoa de Albufeira, e portanto, em tempo recorde, e a CMS também tinha sido informada em tempo recorde sobre a possibilidade de abertura do aviso, o que levava a que os serviços tivessem que trabalhar afincadamente para dia 9 de janeiro poderem fechar a candidatura.-----

-----No dia 10 de janeiro seria fechado em sede da Área Metropolitana de Lisboa (AML) aquilo que era uma das componentes do PRR, Comunidades Desfavorecidas - um conjunto de medidas financeiras e de critérios para abertura do aviso, porque era um investimento específico para a AML no sistema de perequação, e obviamente, também naquilo que era a dimensão das áreas que podiam ser candidáveis fossem em investimentos imateriais ou materiais para os municípios da Área Metropolitana de Lisboa. Aquilo fora feito no espaço de um mês, e, portanto, as rubricas mantinham-se, de certa forma, abertas, disponíveis para esta volatilidade que ia continuar durante o próximo ano, sobretudo quer em sede de PRR,

Ata nº 5 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

quer em sede de Portugal 2020 ou que pudesse haver uma participação maior no cofinanciamento sobretudo do Portugal 2020 nos projetos que neste momento já estavam em curso.-----

-----Disse depois que no âmbito do mapa de pessoal, o que estava considerado no montante global da rubrica da despesa com pessoal era manter os postos de trabalho que estavam neste momento em curso, uma atualização que fora feita em função daquilo que era a execução de 2021 até ao momento em que tinham sido elaborados os instrumentos previsionais. Previa-se a abertura de mais de uma centena de novos postos de trabalho nas mais diversas áreas com particular incidência no pessoal mais operacional, mas também se perspetivava que essa abertura que pudesse tramitar durante o ano de 2022 não tivesse um valor residual ainda no orçamento desse mesmo ano e estaria muito dependente do acerto que se tinha de fazer em 2 dimensões. Por um lado na entrada de um conjunto de matérias que eram objeto de delegação de competências da administração central para a administração local particularmente aquelas três que eram as mais volumosas, e também, não menos importante, a negociação acordada com as três freguesias do Concelho até junho de 2022, no quadro do Decreto-lei 57/2019, que poderia aumentar de certa forma aquilo que eram as áreas, a dimensão, os recursos de transferência de competências, e isso teria de levar a um reajuste porque uma das questões que estava prevista no Decreto-lei era a transferência, por mobilidade, de funcionários do Município que exerciam essas funções, para as próprias Juntas de Freguesia.-----

-----Solicitou em seguida palavra o **Presidente da Junta de Freguesia da Quinta do Conde, Carlos Pólvora**, que iniciou por cumprimentar todos os presentes.-----

-----Prosseguiu dizendo que não querendo pôr em causa nunca a legitimidade dos eleitos na casa da democracia disse querer manifestar-se por na AMS não estar representada a proporcionalidade dos eleitores inscritos nos cadernos eleitorais por freguesia.-----

-----A Quinta do Conde contribuía com 50,7% de eleitores para o concelho e infelizmente constatava que só 33% dos deputados eram da Quinta do Conde.-----

-----Sabendo que o PS e outros Partidos com mais de um deputado da AMS respeitavam essa proporcionalidade. No caso do PS, 50% dos seus deputados eleitos residiam na Quinta do Conde.-----

-----Sabia que podia não provar nada e até prova em contrário os deputados ali presentes, mesmo não sendo da Quinta do Conde, estariam sempre disponíveis para defender uma Quinta do Conde cada vez melhor, mas não era a mesma coisa.-----

-----Prosseguiu a sua intervenção dizendo que em reunião que tivera que o Presidente da CMS no dia 14 do corrente mês, onde ficara esclarecido sobre os investimentos e outros assuntos sobre a Quinta do



Assembleia Municipal de Sesimbra

Conde, passava agora e baseado no orçamento inicial de Grandes Opções do Plano para 2022 fazer mais algumas perguntas para o esclarecimento total sobre a freguesia da Quinta do Conde.-----
-----Quis destacar que sempre que fizesse comparações entre freguesias só o fazia no sentido figurado e comparativo e não com qualquer tipo de juízo de valor.-----
-----No tema cultura, desporto e tempos livres, falava-se na construção do novo Polo de Leitura da Quinta do Conde e constatara que a sua construção só tinha início em 2023 com término em 2024, perguntando se se confirmava.-----
----- O novo Auditório da Quinta do Conde tinha verbas para iniciar em 2022 e o término em 2024. No desporto, na página 12, era referido que a Junta de Freguesia da Quinta do Conde teria 2000 € e do Castelo 8000 €, perguntando o que é que isso significava.-----
-----Depois na página 15 era referido o Protocolo do Pavilhão da EBI da Boa Água 15000 € solicitando também esclarecimentos sobre aquele protocolo, assim como sobre o acesso da comunidade escolar à Piscina da Quinta do Conde 30000 €, na página 16.-----
-----No tema Habitação e subtema Urbanização, página 26, estava escrito “aquisição de solos, Freguesia de Santiago e Castelo 290000 €, Freguesia da Quinta do Conde 35000 €.-----
-----Desenvolvimento Económico e Abastecimento Público, nos mercados e feiras surgia a reabilitação do mercado da Quinta do Conde com 100000 € para o ano 2022, perguntando a que se referia aquela reabilitação.-----
----- Nos Equipamentos Económicos, só se previa a obra do Pavilhão Multiusos na Quinta do Conde em 2025 e 2026, na página 41.-----
-----Nas atividades económicas, a requalificação da Várzea da Quinta do Conde, hortas solidárias, construções diversas, 35000 € perguntado a que respeitavam.-----
-----Na defesa do meio ambiente, Parque da Vila, investimento em equipamento no valor de 60000 €, no paisagismo, espaço Festa da Quinta do Conde, investimento total em 2022 de 430000 €. Disse que supunha que aquele Investimento já estivesse a contar que a CMS fosse proprietária do espaço.-----
-----Concluiu dizendo que tinha visto outras situações mas como o Presidente da CMS já explicara, eram rubricas abertas com 1000 € e disponíveis, tendo perguntado se as que iria enumerar pertenciam a esse conjunto: Posto Territorial da Quinta do Conde, Loja do Cidadão, antiga Praça do Mercado, Urbanização da Cova dos Vidros e Várzea da Quinta do Conde.-----
-----Referiu por último que não encontrara qualquer referência à Estrada dos Almocreves e ao Bloco na Escola Michel Giacometti.-----

Ata nº 5 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Usou em seguida da palavra a **Deputada Anabela Rocha** que referiu que como fora referido pelo Presidente da CMS seria um orçamento de “vacas gordíssimas” principalmente devido à subida do IMT.

-----As receitas próprias da CMS atingiriam cerca de 85 a 90% das suas receitas totais e colocando o Município, provavelmente, nos primeiros 4 lugares dos municípios com mais independência financeira em Portugal.-----

-----Do mesmo modo, os cerca de 9 milhões de euros por ano que o Município costumava ter para investir seriam este ano de 16,6 milhões acrescidos das receitas de capital de 6,2 milhões, 22,8 milhões.

-----Destacou dando o exemplo de 7,2 milhões de Taxas e Multas dos quais 3,9 milhões eram receitas urbanísticas e também por exemplo 4,9 milhões de euros de venda de serviços e bens, destacando a drenagem com 2,7 milhões, taxa de esgotos 1,9 milhões, resíduos de 3 milhões, água 3,5 milhões, tarifa da água 2,2 milhões.-----

-----Num ano de imensas receitas, não baixavam impostos, não baixavam taxas urbanísticas, não baixava a conta da água.-----

-----Do lado das grandes despesas, surgia a despesa com pessoal com 22 milhões, não dispensando ainda, a aquisição de bens e serviços com mais 12,5 milhões. Eram cerca de 37,5 milhões para a CMS funcionar num orçamento de 64 milhões.-----

-----Também com gastos bastante elevados que deveriam ser repensados, apareciam as questões ligadas ao gasóleo e às viaturas. Gasóleo e gasolina 3,8 milhões, outras viaturas 330000 €, ligeiras de cabine 100000 €, ligeiras 100000 €, num total de viaturas que não eram as pesadas, de 530000 €.-----

-----Seguros de frota automóvel 418000 €, aluguer e reparação de viaturas, 1,9 milhões.-----

-----Em gasóleo, e seguros de viaturas ligeiras eram 6,7 milhões por ano.-----

-----Do lado das Grandes Opções do Plano, ação social 627033 euros, atividades económicas 700033 euros.-----

-----Disse que era estranho não ver qualquer referência a financiamento a 100% do PRR para creches, residências autónomas e Centros de Dia, candidatura que estava aberta até 22 de fevereiro e era a 100%.

-----Sugeriu em seguida que se a CMS amortizasse mais os empréstimos com juros mais próximos de 2,5% porque eram esses que geravam mais encargos anuais, em especial o PAEL. Pensava que num ano de vacas gordas existira a hipótese de amortizar um pouco mais aqueles empréstimos.-----

-----Olhando para o Plano Plurianual existia uma dúvida que lhe surgira e prendia-se com o facto das taxas multas e outras penalidades, duplicarem, para 5,1 milhões, em 2023.-----

-----Solicitou depois as seguintes informações relativamente ao orçamento:-----

Ata nº 5 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----A abertura da Lagoa de Albufeira aparecia com os 250000 € perguntando se aquilo significava que iria existir o desassoreamento da Lagoa a Sul, uma vez que era um valor muito superior àquilo que era habitual para a abertura da Lagoa. -----

-----Nas Comunicações surgiam 320000 € perguntando quantos telemóveis existiam nos serviços da CMS porque numa época em que as telecomunicações eram relativamente baratas e em pacotes de grupo, porque é que a CMS gastava tanto dinheiro. -----

-----Disse depois que de alguns anos para cá a CMS deixara de ter valores na rubrica de horas extraordinárias e por outro lado surgia uma outra rubrica com o nome “outros abonos em numerário ou espécie” questionando se aquela rubrica dizia de facto respeito a horas extraordinárias que eram bastantes. -----

-----Quanto ao mapa de pessoal disse que ficava surpreendida por o gabinete de modernização, qualidade e auditoria, só ter uma pessoa. Considerando os fracos relatórios de atividade da câmara e todas as questões que isso levantava, era de opinião que seria necessário reforçar o Gabinete. -----

-----A Unidade Técnica de Economia Local e de Gestão de Equipamentos era a que tinha maior despesa com pessoal, mas ainda ia contratar um técnico superior, 6 assistentes técnicos e 7 assistentes operacionais. Também a Divisão de Ambiente Urbano tinha 2,4 milhões só para custos de pessoal e ia contratar 35 assistentes operacionais e um técnico superior. A Divisão de Logística e Gestão de Frota gastava muito dinheiro, tinha muitos carros, 1,3 milhões em pessoal e ia contratar mais 7 assistentes operacionais e um técnico superior. -----

-----A Coordenação do Departamento Sociocultural estava vazia e pelos vistos iria permanecer vazia, o que lhe parece estranho.-----

----- Por fim disse que o Gabinete Médico Veterinário tinha dois técnicos superiores, sendo um médico e um licenciado em arquitetura e por outro lado a CMS dizia que ia contratar arquitetos para outros departamentos.-----

----- Solicitou em seguida do uso da palavra o **Deputado Carlos Oliveira**, que após cumprimentar todos de uma forma genérica, disse que não iria ao detalhe dos pequenos números que eram sempre discutíveis e poderia estar parcela a parcela a questionar a Câmara Municipal, mas que preferia, numa altura de início do mandato, olhar para o documento que a CMS apresentava e que dava uma perspetiva do que pretendia fazer nos próximos quatro anos, e que tinha a ver com o relatório orçamental, que lendo com alguma tranquilidade lhe sugeria o seguinte comentário: -----

-----Hoje tinham umas mesas que seriam utilizadas para a música e a partitura que o Presidente da CMS



Assembleia Municipal de Sesimbra

tocara não tinha nada a ver com o que estava escrito porque a informação que estava no relatório orçamental era uma informação extremamente escassa para uma câmara que apresentava um valor nos próximos anos de um total de 144 milhões de euros. -----

-----Se olhasse para a descrição relativamente a cada uma das rubricas verificava facilmente que aquilo que estava escrito se fosse para gastar aquele dinheiro todo e se fosse para fazer aquele investimento todo, das duas uma, ou as obras eram faraónicas ou então faltava ali muita coisa, e por isso dissera que o Presidente da CMS tocara outra partitura e não a que constava no documento que era um resumo dos resumos e provavelmente muitas das obras e muitos dos investimentos que seriam importantes e interessantes que a AMS nesta altura pudesse analisar relativamente ao ano de 2022 não constavam no documento.-----

----- Em relação ao conjunto das verbas, no caso por exemplo da educação, aparecia um quadro bastante grande em termos de rubricas dirigidas à educação, se fosse pesquisar a parte da literatura verificava que era escassa e apenas falava no seguimento do acordo de colaboração com o Ministério da Educação para a requalificação da Escola Navegador Rodrigues Soromenho, dois milhões e meio, apoio à comunidade educativa com o prolongamento de horários, etc., que o Município de Sesimbra continuava a apostar na remodelação, qualificação e manutenção de edifícios etc., mas depois ao verificar os valores dirigidos à educação, não só em 2022, mas nos restante anos, faltava um conjunto de informação que seria extremamente interessante que fizesse parte do documento. Era evidente que poderia ir buscar outros documentos e rebuscar nas dezenas e centenas de folhas que constituíam o processo, mas a questão era que os deputados municipais não dispunham de tempo para isso e o Relatório orçamental seria o documento ideal e, portanto, ficavam por conhecer um conjunto de obras que fora aflorado pelo Presidente da CMS, mas que o seu GM continuava a desconhecer porque não estava plasmado no documento.-----

-----No objetivo da Cultura, Desporto e Juventude, em termos de previsão, existiam 19 milhões de euros no total dos 5 anos, 2022 até 2026, sendo que na cultura parecia existir um conjunto de investimentos, que também de certa forma eram aflorados na descrição do documento inicial, mas não dava uma panorâmica daquilo que iriam ser os investimentos no concelho durante 5 anos. O que era referido era a Capela de São Sebastião com 504000 €, a construção de novos equipamentos culturais no novo Auditório da Quinta do Conde 530000 €, o Centro de Interpretação da Arrábida e etc., ou seja, não existia uma contabilização nem uma descrição onde é que a CMS pretendia aplicar no caso da cultura, 11 milhões de Euros. -----

Ata nº 5 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

----- Devia existir uma explicação porque o que o GM do PSD pretendia, era conhecer a orientação da Câmara Municipal em termos de investimento e desenvolvimento do Concelho nos próximos cinco anos.

----- No desporto, olhando para o documento já se verificava onde é que praticamente o dinheiro ia ser aplicado e não iria discutir sobre a questão. -----

----- Quanto à juventude disse que no final dos 5 anos tinha 502000 € de investimento o que lhe parecia um bocado ridículo relativamente àquilo que devia ser o investimento no futuro do concelho. Ou se fazia um investimento sério com dados concretos, porque colocar apenas o nome da Juventude parecia-lhe um bocado de mau gosto. -----

----- Na ação social também surgia um valor que era muito baixo nos próximos cinco anos de 3400000 €, em 2022 constavam 627000 €, e se fosse procurar na descrição relativamente à ação social verificava que era a promoção e desenvolvimento social da população com rede de parceiros - Juntas de Freguesia e IPSS do Concelho. Ou seja, era no fundo uma declaração de intenções sobre coisa nenhuma. O valor era baixo para o investimento da ação social dos 3400000 €, mas para o que ali estava descrito parecia-lhe bastante. Não existia uma descrição da orientação do que a Câmara Municipal deveria fazer. -----

----- Em relação à Habitação e Urbanização verificava algumas intervenções necessárias em alguns bairros. -----

----- No caso dos investimentos que já estavam em curso, do Bloco da Mata, AUGI da Lagoa de Albufeira, a requalificação da Mata de Sesimbra, estava-se a falar de cerca de 3 milhões de euros, e nos 5 anos constariam 10062000 €, ou seja, não existia uma justificação e uma explicação onde seriam investidos os outros 7 milhões de euros. -----

----- Em relação ao parque habitacional do Município não era referida qual era a perspetiva em termos de necessidades dessa manutenção, e no fundo, o que aparecia, era apenas uma descrição de verbas. ---

----- Prosseguindo disse parecia que a CMS desistira do Planeamento Urbanístico pois colocava um investimento de 930000 € para o ano 2022, mas nos anos seguintes surgia 5000 € em 2024, mais 5000 € para o ano de 2025 e depois parecia que em 2026 aparecia qualquer coisa pois tinha a verba de 50000 €. Não existia o comprometimento relativamente ao Planeamento Urbanístico. -----

----- Sobre o saneamento e salubridade existia investimento porque era necessário a manutenção, renovação e ampliação para fazer e era sempre uma área de investimento permanente. -----

----- Relativamente à Proteção Civil disse que continuava essencialmente a ser os Bombeiros Voluntários de Sesimbra. Parecia-lhe haver muito pouco investimento na Proteção Civil da Câmara Municipal, ou seja, era tratada neste orçamento como uma questão residual e, portanto, não era uma

Ata nº 5 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

atividade empenhada da Câmara Municipal, o que lamentava porque a Proteção Civil tinha muitas áreas de intervenção, e provavelmente bem explorado, poder-se-ia aprofundar um pouco mais.-----

----- Quanto ao Desenvolvimento Económico e Abastecimento Público disse que esta mistura permitia uma coisa interessante que era incluir na mesma rubrica, as águas, recursos hídricos, sistema de abastecimento que significavam 18 milhões de euros no final dos 5 anos, mas depois aparecia um parente que era um bocadito arremediado que era o Turismo que era a única atividade económica que aparecia com alguma relevância, e as atividades económicas que tinham o investimento por parte da CMS, de 206000 €, 108000, 113000, 125000, 128000 num orçamento de um total de 144 milhões, ou seja, parecia ser pouco o investimento que a CMS iria fazer, ou pretendia fazer, relativamente às atividades económicas, e ali o investimento provavelmente deveria ser maior e uma maior conjugação entre a autarquia e o tecido económico do Concelho porque era isso que se pretendia. -----

-----Não era só o Turismo porque o Município não podia assentar em duas coisas, no Turismo e no IMI. O IMI havia sempre de acontecer, mesmo que não se construísse casa, existiam sempre casas a comprar e a vender e portanto existiria sempre imposto a cobrar, mas relativamente ao Turismo já se verificara o que acontecera nos últimos 2 anos e perante a situação como a que se estava a viver, acabava por ser um parente forte quando existia dinheiro e a possibilidade das pessoas se deslocarem, e era um parente muito pobre e provocava muito estragos quando a atividade económica e a capacidade económica das pessoas desaparecia, portanto achava que estava na altura do Município ter mais investimentos e uma aposta no desenvolvimento de atividades económicas, mas com aqueles valores não parecia que se chegasse a algum lado. --- Ao terminar, o Deputado Carlos Oliveira disse que a Assembleia Municipal era a que menos gastava de investimento porque ao fim dos 5 anos só iria gastar 121600 €. -----

-----Julgava que no início do mandato, a CMS deveria ter-se esmerado, aprofundado e prestado mais informação especialmente no relatório orçamental sobre aquilo que era a sua perspetiva relativamente ao concelho para os próximos cinco anos e não deixar um conjunto de números para se tentar adivinhar o que estaria por trás.-----

-----**O Presidente da AMS** respondeu que a AMS poderia ser poupadinha, mas certamente iria desenvolver muito trabalho e profícuo. O poupadinho não tinha propriamente a ver com a qualidade do trabalho-----

-----Tomou em seguida o uso da palavra o **Deputado Carlos Macedo** que após cumprimentar todos os presentes, disse querer apresentar uma breve nota prévia relativamente à realização da presente reunião dizendo que o seu agendamento já estava acordado há algum tempo na Comissão de Líderes e havia a

Ata nº 5 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

condicionante do facto de ter havido um ato eleitoral em outubro, mas não queria deixar de referir que era sensível aos argumentos apresentados no sentido de poder ter havido um adiamento da reunião. ---

----- Já tinha assumido o compromisso da realização da reunião, mas ainda assim, um argumento adicional que podia ter sido acrescentado era o facto de se ter mudado a segunda parte da sessão inicialmente prevista para dia 7 de janeiro para dia 14. Este argumento poderia ter servido para adiamento da primeira reunião da sessão quando ocorrera a antecipação do momento de contenção que todos estavam a viver. Também não queria deixar de elogiar a atitude tomada pela Mesa de adiar a reunião do dia 7 para dia 14. -----

----- A atitude da mesa da Assembleia fora dissonante da atitude do executivo Municipal que mesmo com o cancelamento generalizado das iniciativas de passagem de ano nos concelhos vizinhos e um pouco por todo o país, teimara em manter alguns eventos nomeadamente o fogo-de-artifício, até ao momento em que isso fora manifestamente impossível de concretizar, utilizando em sua opinião, argumentos que não lhe pareciam que fizessem sentido porque o facto de ter sido cancelado as festividades de passagem de ano no ano passado e mesmo assim ter havido um agravamento das condições epidemiológicas no país, ou seja, argumentando que não fora por isso que não tinha existido o agravamento, devia ter pensado precisamente o contrário, é que se não tivesse sido aquelas medidas, o agravamento teria sido pior, ainda para mais com a condicionante que existia agora da variante que parecia que passava ainda de forma mais facilitada. -----

-----Entrando depois na discussão do Orçamento e das Grandes Opções do Plano da Autarquia disse que era um momento importante no calendário autárquico. -----

-----Era um momento de discussão política, de clarificação de posições das diferentes forças eleitas e representadas, e também da apresentação daquilo que eram as diferenças de cada um daqueles que estavam presentes. -----

----- Por certo que se poderia fazer o debate do merceeiro da rubrica e do tostão, mas na sua opinião não fora para isso que fora eleito e não era para isso que iria dar o seu contributo. -----

-----Ao longo da execução do Orçamento faria por fiscalizar o cumprimento legal daquilo que fora ali aprovado, mas agora era o momento de avaliar politicamente as propostas do executivo e de criticar de forma construtiva, as opções tomadas que justificariam o seu voto na reunião. -----

-----Existiam opções e decisões que pelas suas características eram obviamente consensuais e que mereciam a sua aprovação. Ninguém se opunha, na sua opinião, que se conclísse a construção da Escola Navegador Rodrigues Soromenho ou a reabilitação da Capela de São Sebastião ou a criação de

Ata nº 5 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

equipamento cultural na Quinta do Conde, ou ainda a conclusão do novo Centro de Saúde na Freguesia de Santiago, a construção do novo na Quinta do Conde, a conclusão de obras de urbanização um pouco por todo o concelho, nomeadamente na Lagoa de Albufeira, a melhoria de iluminação pública, passeios, vias de comunicação, tudo isso.-----

-----Estas despesas e outras como estas, como já tinha sido referido pelo Presidente da CMS, esgotavam grande parte da capacidade de investimento da Câmara de Sesimbra e de todos os executivos municipais um pouco por todo o País, mas eram obviamente necessárias e estruturantes para a comunidade em que se inseriam. -----

-----Este orçamento, sendo o primeiro no novo mandato, estava desde logo condicionado pelas tomadas de decisões que vinham do mandato anterior que tinha um conjunto de investimentos nomeadamente os que já lhe elencara atrás, que ou eram concluídas, ou como muitas vezes já fora dito nas reuniões, as verbas seriam desperdiçadas, porque uma parte dessas verbas eram verbas comunitárias. -----

----- Quanto a estas obras e enquadramentos entendia que os investimentos de continuidade obviamente deviam ser concluídos, mas o orçamento e as opções dele decorrentes eram ou deveriam ser mais do que o que lá estava. -----

-----Era o maior orçamento de sempre do município de Sesimbra, 64 milhões de euros. O Município não tomara a opção de apoiar os munícipes através da redução de taxas, mesmo que a receita do IMT tivesse duplicado em relação ao que estava previsto para 2021 e quase equivalesse à receita de IMI, a opção fora maximizar a receita para ter mais dinheiro, conforme deliberação já tomada sobre as taxas para o próximo ano. O BE esperava que o maior orçamento servisse para começar a resolver ou pelo menos começasse a apontar os caminhos para a resolução dos problemas sistémicos, pelo menos os que identificava, do concelho. O seu cariz periférico, a falta de emprego de proximidade, a desertificação da vila de Sesimbra, o trânsito e o estacionamento em Sesimbra, a falta de infraestrutura na Quinta do Conde, o desenraizamento dos habitantes da Quinta do Conde, a sazonalidade do turismo, etc., etc. -----

-----Para a resolução desses problemas nem um vislumbre de solução, nem o facto de as últimas eleições ter resultado na redistribuição dos mandatos, tinha trazido grandes mudanças. -----

-----A correlação entre as diferentes forças no executivo poderia antever que pelo menos uma parte substancial das opções tomadas, pudessem sofrer alteração. Nada mais errado. Fosse por omissão, desinteresse ou incapacidade, nada daquilo sucedera. Vingava em exclusivo o projeto que vinha de trás liderado pela CDU, um projeto que não tinha rasgo para o futuro do Concelho pois não tinha solução para aqueles problemas estruturais que elencara atrás. -----

Ata nº 5 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----O BE quando se apresentara a votos identificara os constrangimentos e apontara os caminhos que entendia serem os corretos na sua opinião, obviamente.-----

-----Em Sesimbra, a renovação do parque habitacional não vinha fixando população e a tipologia de habitação alvo do licenciamento obedecia a uma lógica exclusivamente turística e sazonal sem preocupação de criação de núcleo estável de residentes. Por outro lado, o modelo de crescimento, afirmação e desenvolvimento da Vila nas últimas quatro décadas estava claramente esgotado, sendo necessário implementar políticas consistentes apoiadas em modelos seguros de crescimento, apoiadas num rigoroso planeamento, e que a ser corretamente executado, permitisse a fixação de nova população preferencialmente jovem. Na Quinta do Conde dever-se-ia estimular a reorganização e desenvolvimento económico da Vila e da Freguesia, e a sua interligação com o resto do concelho. Já hoje fora falada pelo Presidente da Junta da Quinta do Conde, que era um dos passos abordando o concelho como um todo, tendo em conta os novos desafios colocados pela evolução da Área Metropolitana de Lisboa e pela transição para modos de vida mais sustentáveis.-----

-----A Freguesia do Castelo, que era sempre na opinião do BE e que levara a votos, deveria ser estruturada de forma a assumir um estatuto central na organização do concelho de Sesimbra, não só em termos administrativos, como de infraestruturas e equipamentos, tendo em conta os desafios da evolução da Área Metropolitana e os benefícios que traria a sustentabilidade e as condições impostas agora em termos eco ambientais.-----

-----Estes aspetos tinham sido centrais na proposta governativa do BE para o concelho. As outras forças que tinham participado nas eleições haviam traçado os seus diagnósticos e apresentado as suas propostas. Algumas dessas forças tinham sido mandatadas pelo poder do voto para formar o Executivo. O orçamento que hoje era proposto não definia, na sua opinião, uma estratégia para o futuro do Concelho. O orçamento proposto obedecia precisamente à lógica do merceeiro que não quisera debater no princípio, nem acreditava que fosse do interesse dos munícipes.-----

-----O princípio da repartição de verbas entre pelouros que conduzia à realização de obra *ad hoc* permitia exibir trabalho e sobretudo salvaguardar a permanência no poder.-----

----- Desde o momento da sua tomada de posse, no discurso que fora feito precisamente na sala onde se encontravam, alertara para o receio que tinha de que os eleitos não soubessem Interpretar os resultados e a decisão dos eleitores. Que aquilo que fora proposto em campanha não fosse apagado durante os próximos 4 anos. Que os interesses pessoais não se sobrepusessem aos projetos políticos e que não se formasse uma nova entidade que não fora a voz, o partido da câmara. Ora era precisamente isso que

Ata nº 5 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

estava a acontecer: a formação do partido da câmara. Uma entidade disforme, de geometria variável que permitia acomodar todos os vereadores com pelouro, salvaguardando a todos alguns tostões para que se mantivessem vivos aos olhos dos munícipes mais distraídos. Com isso, a força mais votada minimizava danos e mantinha os pelouros e as obras mais relevantes debaixo da sua alçada, esperando que isso lhes garantisse novo mandato em 2025.-----

-----Por outro, a força que ficara em segundo lugar nas eleições para a câmara, o PS, queria com os euros que lhe coubesse conseguir fazer melhor que o seu parceiro de poder e com isso ganhar as eleições em 2025.-----

-----Neste jogo de poder perdia-se tempo, perdiam os munícipes e perdia o território.-----

-----Nada daquilo que distinguia o concelho fora o resultado das políticas dos executivos durante estes mais de 40 anos, e assim continuaria infelizmente.-----

----- Qual a estratégia, qual o futuro para o concelho de Sesimbra, nada disso interessava ao partido da câmara. Aquilo que realmente interessava era a gestão do poder pelo poder. O concelho continuaria à deriva a assistir à obra avulsa em busca do voto.-----

-----Usou em seguida da palavra a **Deputada Claudia Mata** que após cumprimentar todos os presentes disse que o que pretendia dizer já fora abordado por vários deputados municipais e estava de facto relacionado com a forma como o orçamento era apresentado. Existia um conjunto de documentos densos que eram apresentados à AMS e julgava que seria uma mais-valia, quer para os deputados municipais, quer para os munícipes que acompanhavam a reunião em casa, terem ao seu dispor, uma apresentação curta de dez slides ou aquilo que fosse possível no entender dos serviços e do Presidente da CMS, e que pudesse elucidar a AMS de uma forma mais adequada, e não um discurso repetido quer do Presidente da CMS, quer do Vereador José Polido que tivera a oportunidade de o fazer na reunião das comissões, onde debitavam um conjunto de números, um conjunto de atividades que se propunham fazer ao longo dos anos, sem um planeamento, sem um cronograma, sem uma lógica estratégica em dar a compreender aos Deputados e aos munícipes qual era o propósito.-----

-----Aquilo fora observado na área da educação, e fora agora falado novamente noutras áreas, mas a título de exemplo, disse que gostaria de saber e certamente outros deputados e munícipes, qual era o cronograma da rede e da preparação e manutenção de rede viária para os próximos quatro anos ou para os próximos dois anos. Pedia que enumerasse vias de comunicação prazos, início e conclusão de obra, por exemplo. Era isso que gostaria de ver ali. Aquele era obviamente um exemplo, mas seria a estratégia da CMS face às grandes preocupações.-----

Ata nº 5 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Outro aspeto era qual o nível de compromisso do orçamento no combate à pandemia e depois na recuperação do Município pós pandemia. Deixava aqueles exemplos, mas podia deixar muitos outros.---

-----Interveio depois o **Deputado Germano Barros** que cumprimentou todos os presentes e começou por protestar em relação à forma como tinha sido iniciada a reunião dizendo que a documentação fora entregue no dia 20, ou seja, a AMS tinha tido uma semana para analisar mais de 10 documentos, com o Natal pelo meio.-----

-----Em relação à condução dos trabalhos disse que era bom que houvesse a apresentação dos slides genéricos. Quem tinha computador podia aceder à PAMS mas quem não tinha como o público, não tinha acesso a essas informações.-----

----- Analisando as Grandes Opções do Plano disse que se falava em promover e apoiar o empreendedorismo e depois via-se no relatório orçamental que existiam 200000 euros. Sabendo que o Município iria receber mais ou menos 400 ou 500 mil euros da derrama achava que era muito pouco para apoiar a atividade económica sabendo que o Concelho de Sesimbra não tinha Parque industrial relevante. Muitas empresas saíam do Concelho justamente porque não tinham condições para trabalhar dentro do concelho.-----

-----Continuando a intervenção e referindo-se à área da juventude / parques infantis disse que este ano tivera a sorte de ficar as netas e andara à procura na zona onde vivia, Quinta do Conde, um parque infantil e fora parar ao antigo parque infantil perto da Junta de Freguesia, e não vira mais nada em condições. Acrescentou que um parque infantil não custaria muito dinheiro, bastava querer gastar um bocadinho e pensar na juventude.-----

-----Depois, ao nível do transporte e comunicações, disse que o Presidente da CMS tinha conhecimento que ele fora membro da AMS há 12 anos e na altura fora elaborado um livro sobre transportes e acessibilidades do Concelho de Sesimbra, no entanto continuava tudo na mesma, ou seja, não tinha sido feito nada do que estava lá escrito. Sesimbra continuava a ter duas estradas principais para acesso, a 378 e a 379 e a Estrada de Almocreves ainda continuava a ser um projeto.-----

-----**O Presidente da AMS** retificou dizendo que os documentos não tinham sido disponibilizados no dia 20 de dezembro, mas sim no dia 17 de dezembro que fora precisamente o dia da sua aprovação em reunião de câmara.-----

-----Interveio depois o **Deputado Paulo Caetano** que cumprimentou todos os presentes e os que acompanhavam a reunião à distância em transmissão direta.-----

-----Disse que não ia fazer uma apreciação global do orçamento, partilhava de algumas sensações já

Ata nº 5 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

manifestadas, nomeadamente de ser um conjunto de documentos muito denso, opinião que vinha repetindo nas várias ocasiões em que a AMS tivera a possibilidade de discutir os documentos no mandato anterior. Continuava a sentir dificuldade em acompanhar todos aqueles ficheiros em PDF, não existindo um Índice de um fio condutor para auxiliar a leitura daquela quantidade enorme de documentos.-----

-----A sua intervenção centrava-se no orçamento que era apresentado como sendo o maior orçamento de sempre do Município. Era apresentado como sendo otimista, mas realista, mas a sua execução é que iria confirmar essas apreciações, e o GM do PS estaria neste mandato para fazer essa apreciação aquando do Relatório e Contas de 2022. -----

-----Tinha dois ou três comentários que pretendia apresentar porque eram situações que já tinha discutido em algumas ocasiões anteriores e que não conseguira detetar no conjunto de documentos.----

-----Uma das questões tinha a ver, e porque não conhecia qualquer informação recente, sobre o lançamento do Programa REVIVE e com a intervenção que se esperava viesse a poder acontecer no Cabo Espichel. O lançamento fora em 18 de maio, pelo que perguntava se tinha havido algum avanço e se sim, se no orçamento estava contemplada alguma verba de despesa relacionada com a intervenção no Cabo Espichel que seria da responsabilidade do Município.-----

----- Prosseguiu dizendo que na reunião das Comissões realizada no dia 20 de dezembro, o Vereador José Polido apresentara no âmbito da listagem de despesas, a questão de algumas despesas que iriam sofrer aumentos, nomeadamente aquelas relacionadas com a gestão de resíduos e com a deposição de resíduos em aterro operadas pela AMARSUL. Falara especificamente no aumento da taxa de gestão de resíduos, que se sabia que já entrara em vigor este ano, e que previa uma continuação de aumentos nos próximos anos. -----

-----Relembrou em seguida uma questão que fora dita em AMS, de que até 30% do valor pago pelo Município em taxa de execução de resíduos podia ser reclamado para investimento, e ele próprio, na verdade, não detetara no orçamento para 2022, se existia alguma opção em relação à possibilidade de reclamar os 30% que viessem a ser pagos em TGR para a gestão de resíduos no próximo ano.-----

-----Na mesma reunião conjunta também fora dada a informação, com muita satisfação que achava que todos partilhariam, de que o prazo médio de pagamento do município se situava no número de dias inferior até 30, mas não fora dito exatamente em quantos dias é que esse prazo médio se situava. A nota de que dispunha em relação a esse pagamento era em dezembro de 2019 e se situava em 28 dias, o que não era, nem mais, nem menos, do que a média nacional, e o que significava nessa altura, era que a CMS ocupava, nos 308 municípios do país, a posição 182.-----

Ata nº 5 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

----- Obviamente que era com satisfação que a AMS sabia que o prazo médio de pagamento era inferior a 30 dias, mas a pergunta era se a CMS estagnara naquele valor médio a nível nacional ou se continuava a melhorar esse valor de prazo de pagamento. -----

-----Disse depois que numa apreciação um pouco mais global ou filosófica, que tinha feito 2 anos no dia 20 de dezembro que fizera uma intervenção a propósito das Grandes Opções do Plano e que fora a seguinte: Anos após ano a elaboração das GOP's atrás de GOP's, a sua pergunta, até por dificuldade de compreensão, era como é que uma câmara municipal e os seus serviços conseguiam elaborar um conjunto de Grandes opções do plano sem verdadeiramente haver um Plano Diretor Municipal, e portanto a sua pergunta era se daqui por um ano, quando estivessem a discutir as GOP's para 2023, estas já estivessem elaboradas no âmbito de um Plano Diretor Municipal, novo, moderno e aprovado.-----

----- Tomou em seguida o uso da palavra o **Deputado António Marques** que após cumprimentar os presentes e os munícipes que acompanhavam a reunião em direto, disse que sendo a sua primeira intervenção na Assembleia Municipal, como cidadão da Freguesia do Castelo e Ex-autarca da assembleia de Freguesia não podia deixar de fazer um pequeno reparo e uma alusão a um dos monumentos de referência do Concelho que era o Castelo de Sesimbra. Todos sabiam que tinham sido feitas algumas obras de requalificação, nomeadamente a estrada de acesso com a colocação de eletricidade e de água, mas era certo de que ainda existiam algumas lacunas nestas áreas que esperava fossem resolvidas brevemente, mas o que o GM do PS notava era que se devia fazer muito mais pelo Castelo, nomeadamente no seu interior onde vinha sendo feita pouca coisa. O Castelo tinha que se tornar mais atrativo, e serem criadas, por exemplo, novas infraestruturas, como já tinham pensado, um restaurante ou mesmo salas museológicas. Era certo que hoje em dia existiam diversos materiais e achava que não era difícil a Direção-geral do Património Cultural aprovar a construção de algum tipo de estrutura que desse outra dignidade e outra vida ao Castelo. -----

-----Prosseguiu dizendo que devia haver um planeamento estratégico e um plano no fundo também entre o setor da educação e o da cultura para se dinamizar o monumento e existir uma efetiva atração da escola e também da população em geral e de quem visitava o Concelho. -----

-----Interveio depois a **Deputada Anabela Rocha** que disse que aparecia em rubrica de receita o investimento de aquisição de habitação para realojamento em Sesimbra no valor de 6 milhões de euros, perguntando quem é que se pretendia realojar e onde. -----

-----Tomou de seguida da palavra o **Deputado Ricardo Mendes** que após cumprimentar todos os presentes e os cidadãos que acompanhavam a reunião em casa, disse que gostaria de focar a sua

Ata nº 5 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

intervenção em três pontos. -----

-----O primeiro era relativamente à rúbrica da juventude. Tal como o Deputado Carlos Oliveira referira e muito bem, era um orçamento parco. A juventude, em termos previsionais no próximo ano, tinha estabelecido um orçamento na ordem dos 82000 € sendo que uma das principais rubricas era destinada a uma associação e a um grupo da Quinta do Conde.-----

----- No próximo ano existia a expectativa de se receber o Festival da Liberdade que era dinamizado pela AMRS, e ele também fazia parte da organização, e referia esta situação para dizer que o orçamento não era apenas um instrumento financeiro e previsional, devia ter também um planeamento estratégico por detrás do instrumento previsional, e aquilo que se notava era que no caso da rubrica da Juventude não existia uma estratégia.-----

----- No caso do Festival da Liberdade que envolvia 11 municípios do distrito de Setúbal sendo que o concelho de Sesimbra, à partida, só realizaria e organizaria esse festival daqui a 11 anos, era triste ver que existiam poucas associações juvenis a participar na organização do Festival no concelho. Na sua opinião devia-se repensar na estratégia e o que é que estava em falta. -----

-----Era de louvar realmente aquilo que era a Assembleia Municipal de Jovens, mas esta Assembleia Municipal de Jovens culminava muitas vezes no ensino secundário, e devia-se pensar como é que se poderia envolver as associações juvenis e grupos informais de jovens. Deixava o repto ao executivo para pensar no futuro como é que se poderia envolver mais os jovens na vida do município e na dinamização também do próprio Município, nas atividades lúdicas, culturais, sociais, etc. -----

-----Disse depois que gostaria também de referir outro ponto que já fora mencionado e que tinha a ver com os objetivos estratégicos que o Município estipulara que era incrementar e apoiar o empreendedorismo. A rúbrica atividade económica era muito lata, mas a verdade e como fora dito, estava-se a falar de um valor orçamentado de 236000 €. O que representava 0,36% do orçamento global a nível de despesa. -----

-----Devia-se pensar em formas de captar novos negócios para o concelho, e muitas vezes não tinham que ser indústrias ou serviços mais pesados, mas sim HUB's tecnológicos dos quais já falara na última sessão, porque efetivamente o Município estava a perder uma oportunidade de captar esse tipo de negócios porque outros municípios já estavam a trabalhar nessa estratégia e Sesimbra tinha que se antecipar porque tinha algumas lacunas nomeadamente nas acessibilidade onde se verificava algum défice e portanto também deixava o repto porque achava que era importante haver um planeamento estratégico nos próximos anos e tinha mesmo que ser imediato, relativamente à estratégia na captação de

Ata nº 5 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

empreendedorismo, de STARTUPS, etc.-----

-----Concluiu dando uma nota relativamente ao Turismo no Concelho de Sesimbra que infelizmente no contexto da pandemia era uma atividade económica que sofrera drasticamente, e não fora apenas em Sesimbra, fora aliás em todo o País e em todo o mundo, mas achava que o Município devia definir uma estratégia naquilo que era a captação do Turismo que pretendia para o concelho, ou seja, sempre fora focado muito no produto Sol e Mar e ele achava que existiam condições para apostar nouro tipo de produtos e tipo de serviços, fosse o turismo de natureza, o turismo aquático, etc. que achava que podia ser promovido. Mas a promoção e as rubricas que estavam feitas a nível do Turismo eram sobretudo das festividades, e devia-se ir aos mercados emissores como por exemplo os alemães, os franceses etc. e seria importante que o Município estivesse presente nessas feiras turísticas. Sabia que significava encargos muito elevados, mas muitas vezes em parceria com o Turismo de Portugal, ou até mesmo com unidades hoteleiras e fazer essa estratégia conjunta com os próprios hotéis, com várias cadeias e com os vários empresários do setor, podia ser um custo diluído com a CMS. -----

----- Eram estratégias para o futuro que achava que podiam ser benéficas para o município e para todos. - -----

-----**O Presidente da AMS** disse que o satisfazia saber que o Deputado Ricardo Mendes era um entusiasta do Movimento Associativo. Informou depois que a Assembleia Municipal de jovens não contemplava o ensino secundário pois nem todos os Agrupamentos de Escolas estavam em pé de igualdade. Só dois Agrupamentos contemplavam o ensino secundário, mas ficara a nota. -----

----- Interveio depois **o Deputado Carlos Oliveira** que disse que era com tristeza que ouvira algumas intervenções onde cada um puxava a brasa à sua sardinha. Era a Freguesia do Castelo, era a Freguesia da Quinta do Conde, era a Freguesia de Santiago, mas Sesimbra era um Concelho com várias realidades e só conseguiriam ir a algum lado se olhassem para o todo em vez de discutirem a sua rua e a rua do vizinho do lado. Se era para pedir ele também agradecia que alcatroassem a sua rua. Era uma discussão perfeitamente inútil, divisionista e que não permitia olhar para o concelho como uma unidade e ter uma estratégia a aplicar ao concelho. Isso é que seria importante. Era inútil estarem a discutir as freguesias, e as quintinhas. -----

----- Continuando disse que o Presidente da CMS afirmara que em 2022 haveria um acréscimo nas despesas com pessoal, mas consultando o quadro na página 19 do relatório orçamental verificara que em 2021 estava orçamentado 23697240 € e para 2022 estavam 22000000 € ou seja, não crescera mas descera, e portanto gostaria de ter um esclarecimento sobre esse aspeto porque crescendo o orçamento e crescendo as atividades, como é que o Município apresentava um decréscimo relativamente àquilo que

Ata nº 5 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

era a rubrica do pessoal. -----

----- Usou depois da palavra, o **Presidente da Junta de Freguesia da Quinta do Conde** que respondendo ao Deputado Carlos Oliveira disse que não pedira nada. O Presidente da Junta de Freguesia da Quinta do Conde viera expor algumas situações que estavam no orçamento inicial / grandes opções do Plano 2022 para a Quinta do Conde. Não viera pedir nada nem criava divisionismos no Concelho. -----

----- Interveio depois o **Deputado Sérgio Faias** que após cumprimentar todos os presentes e aqueles que acompanhavam a reunião através das plataformas eletrónicas, disse que uma vez que era a primeira intervenção que fazia, pretendia dar algumas notas sobre as questões da organização e o contexto de pandemia, referindo que esta não era a primeira sessão que ocorria no Cineteatro Municipal, já se tinham realizara outras reuniões sem qualquer sobressalto, cumprindo cada um aquelas que eram as suas obrigações e regras estipuladas em termos de saúde pública, e face ao compromisso de cada um em cumprir aquilo que eram as respetivas regras, não tinha havido qualquer problema e era nessa expectativa que estavam hoje reunidos precisamente para garantir que a sessão decorresse sem problemas e que todos conseguissem cumprir o seu papel ao serviço da população de Sesimbra. -----

----- Sobre o assunto em discussão e aquilo que eram as Grandes Opções do Plano disse que não podia deixar de referir que era um documento político. Era verdade que se desenvolvia em questões mais técnicas, mas antes demais, devia-se ter em conta que era um documento político porque definia aquilo que seriam as opções estratégicas que o Executivo defendia principalmente para o próximo ano, tendo também algumas projeções para os anos seguintes. -----

----- Quando se projetava e se planeava era difícil ter o rigor daquilo que iria acontecer. Todos gostariam de ter maior capacidade de previsão, mas infelizmente todos iam sendo surpreendidos muitas vezes com alguns acontecimentos que faziam com que aquilo que tinham planeado tivesse que ser reajustado. -----

----- Era um documento desta natureza que estavam hoje a falar, mas também era importante e ligando à intervenção inicial para apresentação do assunto pelo Presidente da CMS deixar uma referência aos 5 milhões de saldo que iriam transitar deste ano para o próximo ano. Portanto se normalmente já existia associada alguma incerteza face àquilo que estavam a planear, quando existia um saldo transitado desta ordem de grandeza significava que existia uma forte probabilidade de que o que estavam hoje a discutir e a tratar não vir a ser realmente aquilo que eram as GOP's e Orçamento do próximo ano porque quando fossem incorporados os 5 milhões naturalmente iria haver um conjunto de alterações e surgiria logo a seguir uma versão 2.0, das GOP's e Orçamento. -----

----- Assim, tudo o que fossem convicções fortes que pudessem colocar sobre o documento deviam ter

Ata nº 5 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

em conta pelo menos o aspeto de que passado umas semanas ou um mês, poderiam estar a discutir outras GOP's e Orçamento para o ano de 2022. -----

----- Sendo este um documento de carácter político com definições daquilo que eram as posições e as estratégias políticas, continuava, e não era só o GM do PS que o afirmava, a necessidade de perceber melhor e de existir um melhor planeamento do que era a atividade e o que eram os objetivos estratégicos para o Município. Naturalmente que as mais recentes versões do Plano Diretor Municipal deviam ter em conta, precisamente, já não só uma preocupação daquilo que era a geografia, mas também o que era a definição das linhas estratégicas para os municípios, sendo que as novas gerações dos PDM's tinham de facto essa perspetiva. Infelizmente continuavam à espera do PDM e não estando ainda feita a respetiva revisão, era importante que a AMS tivesse uma perspetiva mais de futuro sobre o que era a estratégia do Concelho, e que de facto, o Orçamento e as Grandes Opções do Plano refletissem essa estratégia mais de médio e longo prazo, e fossem um instrumento para pôr em prática aquilo que era a visão estratégica para o Município. -----

----- Por essa razão também seria importante que os documentos previsionais comesçassem a estabelecer, para além da distribuição de verba pelas diferentes rubricas, e tendo em conta que a CMS, até por iniciativa do agora Deputado do PSD, na altura vereador, era uma Câmara certificada no âmbito do Sistema de Gestão da Qualidade, seria importante que existissem mais metas e mais indicadores, e que a AMS, quando era apresentado o plano e o orçamento, pudesse verificar uma correspondência em termos de melhoria daquilo que seriam os indicadores, sobre a qualidade ou dos indicadores dos serviços prestados a cada munícipe, e de facto faltava ali essa correspondência entre aquilo que era a despesa ou o investimento e o que eram as consequências em termos de indicadores de melhoria da qualidade de vida dos cidadãos do concelho. -----

----- Eram questões naturalmente a melhorar. -----

----- No Partido Socialista eram definidos, em termos estratégicos, até para os quatro anos, três grandes pilares que se baseavam, na prática, naquilo que era a coesão geográfica na questão da sustentabilidade do território e também na melhoria da qualidade de vida e do desenvolvimento económico do concelho. Naturalmente que encontrava nas GOP's e Orçamento reflexo de algumas das propostas do PS, até porque nalguns programas eleitorais existia sobreposição e alguma correspondência em determinados aspetos, e, portanto, era normal que se visse refletido alguns pontos e também porque hoje em dia a CMS tinha Vereadores do Partido Socialista com responsabilidade na gestão do executivo, e como tal podia-se verificar algumas dessas preocupações e linhas estratégicas refletidas no documento. -----

Ata nº 5 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----No entanto quis referir que as GOP's e o Orçamento não eram feitos numa base 0. Era importante olhar para algumas comparações e já tinha sido referido pelo Deputado do PSD que colocara a questão concreta sobre as despesas com pessoal, e de facto, o que se verificava, apesar de no documento referir que a despesa com pessoal assumiria um montante de 22 milhões mantendo praticamente o mesmo valor do ano anterior, disse que não era exatamente o mesmo valor, existe ali uma redução e era importante perceber o que é que estava na base dessa redução, e perceber, porque tinha havido uma alteração da estrutura orgânica e do mapa de pessoal há cerca de dois anos, a pensar naquilo que seria a incorporação das novas competências que resultariam da transferência de competências do estado central para o município. De que forma é que isso estava refletido no mapa de pessoal que também estava no processo, e nas despesas com pessoal. -----

----- Depois fazendo a comparação das GOP's em relação aos 2 anos anteriores ou ao ano anterior, disse que de facto verificava-se um aumento de cerca de 50% a nível da educação, por outro lado, pela negativa, via-se uma redução na despesa com a cultura de cerca de 7%. Verificava-se também na questão da habitação social uma redução de 7,8%, e um aumento no setor das águas de 6,1%. -----

-----Existia uma questão na rubrica da Energia que gostava de perceber melhor porque surgia um aumento de 956% face a 2021, perguntando o que é que estava na base daquele aumento. Se uma parte poderia ser explicada pelo aumento da eletricidade, mas pelo que vinha vendo, apesar de nalguns casos serem superiores a 100%, ali estava-se a falar de quase 1000% de aumento. -----

-----Depois tinha questões como a rede viária com uma redução de 17% face ao ano anterior, assim como a mobilidade sustentável tinha uma redução de 45%, mas pensava que teria a ver com a desmobilização do projeto do PAMUS. -----

-----Outras atividades com uma redução de 50% e também não ficava muito claro o que é que resultava daquela redução. -----

-----Surgia depois outra situação que saltava à vista nas GOP's na última linha, comparativamente com 2021, que eram os gastos com informação e comunicação que passavam de 237000 € em 2021, para 520000 € em 2022. Acreditava que não resultasse só da comunicação para a prevenção do COVID 19, mas gostava de perceber o que é que estava na base daquele aumento de quase 120% nos custos. -----

-----Interveio depois o **Deputado Rui João Rodrigues** que após cumprimentar todos os presentes e aqueles que acompanhavam a reunião através das plataformas eletrónicas, quis destacar a política social da CMS, e que numas GOP's com um valor global de 33,6 milhões de euros, tinha cerca de 12 milhões de euros em investimento em áreas tão importantes como a educação, cultura, desporto, juventude, ação

Ata nº 5 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

social mas também na saúde e na habitação, o que revelava bem a preocupação que a CMS tinha em criar de facto condições de vida e bem-estar para a população do concelho, e não descurando também, entre outros, investimentos tão importantes como o abastecimento de água e o saneamento, bem como a defesa do meio ambiente.-----

-----O Presidente da CMS já referira algumas obras importantes, a requalificação da Escola Navegador Rodrigues Soromenho, a construção do novo espaço cultural na Quinta do Conde, entre outros, no entanto também devia ser salientado, que nestes tempos difíceis, a Câmara Municipal de Sesimbra não descurara o apoio às populações mais desfavorecidas do concelho de Sesimbra durante este período de COVID, dando apoio social assim como apoio ao movimento associativo do Concelho através do não corte de subsídios e continuando a manter aquilo que era a normalidade de antes do período de pandemia, no entanto o GM da CDU estava preocupado com o ano 2022, porque a não haver recuo, iria trazer a descentralização de competências na área da saúde e da educação, competências que trariam mais 400 trabalhadores à CMS, só na área de educação, e não estava a falar ainda de trabalhadores da área da saúde, e também iria herdar o parque escolar completamente ao abandono e que iria necessitar de algumas intervenções e de fundo, e que preocupavam também o GM da CDU.-----

----- Foi cedida a palavra ao **Presidente da CM** para que prestasse os esclarecimentos solicitados, e este dizer que queria deixar 5 pontos prévios que vocalizavam e estabilizavam um conjunto de intervenções que tinham sido aqui feitas.-----

-----O primeiro ponto tinha a ver com os documentos deste processo e a apresentação dos mesmos, e explicou que estavam sempre disponíveis para fazer uma apresentação dos documentos de uma forma que também os deputados municipais entendessem. Referiu que o Deputado Paulo Caetano também no mandato passado havia referido isto várias vezes. Acrescentou que não lhe custava reconhecer e que tinha dito sempre isto, quer na apresentação dos documentos provisionais quer muitas das vezes até na prestação de contas, que este conjunto de documentos seriam de difícil interpretação por parte dos deputados municipais, e que era difícil a sua ponderação e avaliação de uma forma mais concisa, mais evidente e que pudesse ter uma base comparativa com anos anteriores e com a evolução e com a execução que estava prevista inicialmente.-----

-----Disse que tinha sido aqui colocado que podiam fazer uma apresentação de 10 slides, mas houve um ano que tinham feito isso e não tinha alterado em nada aquilo que efetivamente era a perspetiva de cada um dos deputados individualmente ou das forças políticas que representasse, que tivesse uma diferenciação face a uma apresentação dos documentos provisionais sem essa mesma apresentação. Mas,

Ata nº 5 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

se fosse do entendimento desta AM que no próximo ano seria preferível vir os números gerais numa apresentação em power point e que, da leitura das GOP's que era mais "massuda" de ler do que o relatório orçamental, se pudesse retirar aquilo que efetivamente eram as principais intervenções que estavam previstas, quer no horizonte do ano económico quer no horizonte dos 4 anos do mandato, não custava nada fazer, assim como tinham feito uma vez no mandato passado. -----

-----Disse também que do ponto de vista das metas, quer esta assembleia, quer os membros da CM e para os sesimbrenses em geral, ninguém se sentia confortável com o facto de infelizmente grande parte do que eram os investimentos que tinham tido ao longo deste mandato e que continuavam, não terem tido em termos de prazo e em termos da expectativa inicial, o resultado que todos esperariam. Todos esperavam nesta fase, ter a Escola Navegador Rodrigues Soromenho com a 1ª fase de ampliação concluída e estarem neste momento já na 2ª fase de reabilitação do antigo edificado. -----

-----Ninguém diria há 4 anos atrás que em 2022 estariam a lançar um novo concurso para terminar a ampliação da 1ª fase da escola, também ninguém diria que esta intervenção, que era financiada por 3 milhões de euros, na sua totalidade para as 2 fases, ampliação e reabilitação do edificado, hoje já estivesse quantificada em quase 6 milhões de euros. -----

-----Disse também que no mandato passado, esta assembleia sempre tinha tido a total abertura e sempre tinha sido esclarecida sobre a situação relativamente a cada um dos processos e sobre as dificuldades que tinham. -----

-----O segundo ponto, relativamente à estratégia e planificação sobre o modelo de desenvolvimento das forças políticas, disse que todas as forças políticas tinham apresentado um programa eleitoral, podiam era não concordar com os mesmos, mas também já tinha sido aqui referido que havia um conjunto significativo, particularmente nas 2 forças políticas mais votadas, de ações, de projetos e de objetivos coincidentes. Portanto, era importante, mais do que nunca no atual contexto, que se evidenciasse os pontos comuns e não as divergências. -----

-----Disse também que acreditava que uma força política tinha tido pouca expressão ou nenhuma no programa eleitoral, também quisesse fazê-lo evidenciar-se perante aqueles que tiveram melhor resultado, mas também da mesma forma que um conjunto largamente maioritário de cidadãos do Concelho de Sesimbra tinha acompanhado o projeto, a estratégia e a visão da força política vencedora e da força política que tinha ficado em segundo com um resultado não muito diferente, não tinham acompanhado de todo das forças políticas que tinham ficado em último, penúltimo ou em antepenúltimo nas eleições autárquicas. Isso também deveria servir para essas forças políticas refletirem sobre os seus programas e a sua visão para

Ata nº 5 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

o Concelho, e parecia que isso também era difícil de encontrar e de fazer chegar. -----

-----Disse que o 3 ponto dizia respeito ao conjunto de questões colocadas sobre candidaturas e o PRR, e explicou que a Câmara não podia e era impossível colocar na receita, e por correlação também na despesa, receita que não tivesse uma evidência e um compromisso que a pudesse fazer ou que tivesse resultado. Como já tinha referido sobre aviso que tinha saído agora sobre uma candidatura que tinham de apresentar até 09 de janeiro, não estava evidenciado 1 milhão de euros na receita do Município das 2 candidaturas que iam fazer, portanto não podiam incluir aquilo que era impossível incluir. -----

-----Também respondendo à questão sobre a TGR, explicou que eram candidaturas ao Fundo Ambiental que podiam ser feitas com os municípios, mas não estavam abertas e não podiam evidenciar no orçamento da receita e por sua vez também a despesa correspondente, sendo que também não havia receita consignada nesta matéria, e pelo menos não conhecia que assim pudesse existir de acordo com as regras da própria Lei de Finanças Locais.-----

-----De seguida, relativamente à 4-ª nota, disse que discordava do princípio de que a CM era um conjunto de pelouros e de que cada pelouro devia, de acordo com a sua visão, perspetiva e correlação de forças ou legitimidade do Vereador de uma força política ou de outra, estivessem aqui a esgrimir argumentos de mais ou menos financiamento do que tinha ou do que tinha tido. A visão devia ser conjunta do Município e do orçamento municipal, e não uma visão do somatório dos pelouros. Acrescentou que como o Município, a CM principalmente não podia ter uma regra de 3 simples aplicável àquilo que era as Freguesias ou os lugares. Isto, à escala e dimensão se qualquer dia estivessem a discutir isto numa Junta de Freguesia, diriam que tinham feito a pavimentação de uma estrada naquela localidade e não tinham feito na outra. Isto não podia ser feito desta forma.-----

-----Relativamente à questão colocada sobre planeamento, disse que sabendo que tinham um conjunto de rubricas abertas, muitas das vezes faziam alterar o planeamento e a visão que tinham daquilo que haviam proposta à população e não tinham problemas em dizer o porquê. Ora, se havia um instrumento financeiro que apontava para a resolução dos problemas de habitação pública, particularmente para as populações mais vulneráveis, com o financiamento 100%, era impossível, tecnicamente, executar mesmo com o financiamento a 100%, aquilo que estava previsto do ponto de vista da resolução dos problemas para os agregados familiares que estavam identificados no âmbito da ELH. -----



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Disse ainda que se houvesse um alargamento do prazo para 2028, 2029 ou 2030, admitia que sim, mas alguém pensaria há 2 anos atrás, antes da pandemia, que algum município, fosse o de Sesimbra, fosse o de Setúbal ou de Lisboa, iria investir todas as fichas em 50 milhões em 4 ou 5 anos para habitação pública. Com o aceso ao 1º Direito que financiava 30% a fundo perdido, era impensável de todo. E isto muitas das vezes fazia mudar as “agulhas”.-----

-----Perguntou se alguém duvidava aqui que era importante reabilitar o FORMAR num conceito de terem aqui uma instituição do ensino superior, fosse do ponto de vista letivo fosse do ponto de vista investigação. Podiam discordar do modelo, mas ninguém duvidava. Se amanhã o FORMAR fosse parar às mãos do município, tinham dois anos para iniciar a obra que era o que estava no Decreto-Lei.-----

-----Disse que o Município hoje, há data de dezembro de 2021, com toda a tramitação processual que já tinha feito, não sabia se ia recebê-lo em 2022, em 2023 ou em 2024, o que significava que tinham uma rubrica aberta e provavelmente iriam deixar de fazer algumas coisas para fazer a intervenção no FORMAR.-----

-----Relativamente à 5ª nota que queria deixar, disse que tinham ouvido aqui genericamente 1 conjunto de deputados municipais a evidenciar aquilo que faltava nestas opções previsionais para 2022, mas não tinha ouvido um único dizer o que é que retirava. Acrescentou que esse exercício era bom para quem estava no exercício de funções, porque para quem estava do lado de lá era mais difícil de fazer, e para quem estava no exercício, também achava que havia muita coisa que fazia falta.-----

-----Sobre a rede viária, disse que tinham a perfeita noção que no ano de 2022 iam ficar muito aquém das necessidades do Concelho e que também iam ter prejuízos eleitorais e políticos, e se calhar até ao final do mandato, mas tinham de fazer opções e as mesmas muitas vezes não surgiam da estratégia, porque se perguntassem, do ponto de vista de necessidades considerava que a rede viária, particularmente na Freguesia do Concelho, era uma emergência, mas não se conseguia fazer mais.

Referiu que quem estava em exercício de funções tinha essa perceção e perguntou porque é que ia gastar menos 7% ou 17% na manutenção da rede viária. Acrescentou que já sabiam qual era a rede viária que iriam reabilitar em 2022, e todos os processos e procedimentos já estavam praticamente concluídos, portanto estavam a falar de execução física e financeira de todos eles, e não tinham mais um milímetro de margem.-----

-----Sobre as questões colocadas pelo Presidente da Junta de Freguesia da Quinta do Conde, Deputado Carlos Pólvora, disse que o que estava nos documentos era o que estava previsto. Se tudo corresse bem, o que estava previsto este ano era iniciar a construção do Auditório da Quinta do Conde que já ia para o



Assembleia Municipal de Sesimbra

segundo concurso público, e não era expectável que avançasse o polo da biblioteca da Quinta do Conde antes de 2023, mas sim que se lançasse o procedimento em 2022 para iniciar em 2023, no entanto uma das questões que estava neste momento a ser discutida no quadro da AML num curto espaço de tempo era exatamente a componente de apoio às comunidades desfavorecidas, onde se apontava a possibilidade de haver investimentos em equipamentos culturais, e estando identificado na Freguesia da Quinta do Conde também essas comunidades, era possível que houvesse algum avanço mais rápido nestes investimentos, mas neste momento era prematuro dizer se sim ou se não. -----

-----Sobre a questão do desporto disse que não tinha conseguido ainda perceber, que os 8 mil euros e 10 mil euros deviam de ser as transferências no quadro dos polidesportivos que estavam previstos. -----

-----Quanto ao protocolo com a Associação de Pais disse que era para o funcionamento do pavilhão da Escola Básica Integrada da Boa Água, e sobre a aquisição de solos das Freguesias de Santiago e do Castelo, disse que a de Santiago era já um compromisso que transitava do ano 2021 para 2022, portanto era impossível nesta altura escriturar a aquisição desses solos. Explicou que na Quinta do Conde mantinham sempre uma verba que tinha a ver com a aquisição de solos em zonas de equipamentos, que também estavam previstos no quadro do processo de habitação pública ou muitas das vezes quando se adquiria os lotes pelo valor tabelado pela CM. -----

-----No que dizia respeito ao Posto Territorial da GNR, disse que neste momento estava a ser tramitado o projeto pela CM, e era previsto que também este projeto fosse financiado pelo Ministério da Administração Interna no quadro do protocolo que tinham. Acrescentou que existindo um protocolo entre a CM e a Secretaria Geral do MAI, era possível incluírem essa verba, e também não parecia que fosse possível avançarem com a obra durante o ano de 2022 porque tinham de finalizar projetos com o MAI e fazer o lançamento de concursos, portanto era praticamente impossível. -----

-----Sobre a loja do cidadão, disse que já tinham sinalizado junto da Agência de Modernização Administrativa e sabiam que ia abrir outro concurso. Já tinham sinalizado também a possibilidade de reabilitação do espaço junto ao Mercado da Quinta do Conde, que sempre tinha estado previsto para a instalação da loja do cidadão. Acrescentou que era preciso que 2 das 3 entidades estivessem disponíveis para se fixarem na Quinta do Conde, entre a Segurança Social, a Autoridade Tributária e Registos e Notariado. -----

-----Disse também que uma das questões que tinham colocado à Agência de Modernização Administrativa tinha sido que o Município não aceitaria uma deslocalização de serviços, ou seja, seria o aumento dos serviços prestados no quadro do Concelho, e não uma deslocalização de Sesimbra para a

Ata nº 5 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

Quinta do Conde. Achava que toda a gente concordava que aqui não se tratava de uma situação para deslocalizar mas sim para aumentar a oferta dentro do Concelho, particularmente na Quinta do Conde.-

-----Relativamente à Escola Michel Giacometti, disse que estava incluída a rúbrica aberta apesar de também não terem nenhum protocolo legítimo, nem sequer fazer a realização do projeto para ampliação da escola em mais 18 salas. Essa questão já tinha passado por 3 secretárias de estado da educação. -----

-----Sobre a Estrada dos Almocreves, disse que estava neste momento a ser finalizado o projeto de execução que estava entroncado numa operação urbanística que estava previsto no Plano Pormenor da Zona Sul da Mata de Sesimbra. O processo de loteamento estava em curso na CM, e previa-se que simultaneamente à emissão do alvará do loteamento, quando e se viesse a acontecer, fosse assinado também o contrato de urbanização para a construção da Estrada dos Almocreves. -----

-----Quando às questões colocadas pela Deputada Anabela Rocha, relativamente aos Municípios com mais independência financeira, disse que já tinha explicado isto várias vezes e que esta indicação podia ter uma leitura favorável, mas a sua não era tão favorável, porque o facto de ser o município com mais independência financeira significava que era o Município com menor dependência por parte das transferências do Orçamento de Estado, o que era de todo mau. Disse que também já tinham referido várias vezes que se recebessem o que estava previsto Lei das Finanças Locais teriam mais 40% ou 50% daquilo que recebiam hoje, e provavelmente teriam mais alguma margem.-----

-----Disse ainda que também já tinha sido referido que do ponto de vista de impostos diretos, havia a perspetiva de uma ponderação que tivesse a ver não com cortes cegos mas sobretudo com cortes dirigidos à população do Concelho de Sesimbra, a empresas sediadas no Concelho com a promoção de instalação de novas empresas e de novos negócios no próprio Concelho. -----

-----Sobre o gasóleo, seguros e comunicações, disse que estavam a falar em concursos públicos, mas de qualquer das formas a Deputada já tinha colocado essas questões diretamente ao Município, algumas delas até ao Ministério Público, e já tinha obtido essa resposta. -----

-----Relativamente ao financiamento a 100% do PRR para equipamentos sociais, disse que a Câmara não geria equipamentos sociais, mas obviamente que tinha conhecimento que existiam entidades do Concelho que iriam se candidatar ao financiamento do PRR, fosse na parte Lar de idosos fosse na vertente de infância, nomeadamente creches. Explicou que o que o Município fazia de certa forma era, do ponto de vista da rede social e do Conselho Local de Ação Social, tinha de ter um parecer favorável do Município para candidaturas, e já o tinham feito no quadro do último Programa PARES 3.0, e a informação era que a



Assembleia Municipal de Sesimbra

Cercizimbra tinha sido aprovada e os outros lares não, mas já era uma boa notícia a Cercizimbra ter sido aprovada para terminar aquele edifício na Quinta do Conde no Pinhal do General. -----

-----Quanto aos valores na rubrica com as horas extraordinárias, disse que quer a estrutura do orçamento quer a estrutura das GOP, obedecia a rubricas que estavam especificas no Plano Oficial de Contas (POC) das autarquias locais, não era a CM que inventava que a rubrica se chamava “outros abonos variáveis” nem era a CM que decidia que se chamava “turismo” ou “abastecimento publico” versus “desenvolvimento económico”, portanto eram rubricas especificas do POC a que o Município tinha de obedecer. Podiam concordar mais ou menos com elas mas eram as que estavam neste momento em vigor. -----

-----Explicou que as horas extraordinárias estavam divididas em 2 áreas: trabalho extraordinário e horas extraordinárias, e as horas extraordinárias estavam de facto na rúbrica das horas extraordinárias, e o trabalho extraordinário, que era o prestado em dias de descanso complementar e descanso obrigatório e feriados, estava nos “outros abonos variáveis ou em espécime”. -----

Sobre o Gabinete de Modernização e Qualidade e Auditoria, disse que registava e deveria de ter mais pessoas, mas tinha vindo a funcionar assim por enquanto, desde o início da implementação do Sistema de Gestão da Qualidade. -----

-----Quanto à coordenação do Departamento Sociocultural, disse que esse como alguns não estavam ainda ocupados, e neste momento a larga maioria dos dirigentes de segundo, terceiro grau e 1 de primeiro grau, eram por nomeação em regime de substituição. Acrescentou que os procedimentos concursais, desde que tinha havido alteração da estrutura orgânica em 2019, estavam neste momento ainda a decorrer e era normal que acontecessem no ano de 2022.-----

-----Também era expectável que tivesse de haver um reajuste à estrutura orgânica do Município neste ano em função da dimensão das competências a delegar, e alguns ajustes sobre a atual estrutura que ao longo destes 2 anos os tinha vindo a fazer refletir. Mas, não só não tinha sido nomeado ninguém para 1 ou 2 unidades orgânicas como nunca tinha sido aberto o concurso, o que não significava que não viesse a abrir.---

-----Relativamente à referência do Deputado Carlos Oliveira aos 144 milhões de euros, disse que era o que estava perspetivado para o horizonte plurianual destes anos todos. Acrescentou que tinham de ser corretos, porque se estivesse a dizer o estaria a enganar-se também a si próprio.

Disse que conforme havia referido o Deputado Sérgio Faias, garantidamente lá para o início de Abril iriam fazer uma revisão orçamental, e a informação que tinha hoje dos serviços era que que o saldo de facto a



Assembleia Municipal de Sesimbra

rondaria os 5 milhões de euros. Portanto, estavam a 3/4 dias de fechar o ano económico e o saldo rondaria entre os 4,5 aos 5 milhões de euros. -----

-----Referiu que mais complexo do que essa revisão orçamental de inclusão do Saldo, era a inclusão da componente da descentralização que representa no cúmulo entre a educação, a ação social e a saúde, mais cerca de 5 milhões de euros, dos quais 90% correspondiam as despesas de pessoal, ou seja, mais cerca de 3,5 a 4 milhões de euros em despesa com o pessoal. -----

-----Acrescentou que aí haveria um reajuste garantidamente, percebendo o comportamento também daquilo que era o orçamento da receita e a estrutura da receita, se houvesse necessidade haveria uma revisão mesmo incluindo o saldo e mesmo incluindo aquilo que viria com a descentralização, se houvesse necessidade de uma revisão em baixa, coisa que haviam feito em 2020, em abril também, com a inclusão do saldo que tinham feito uma revisão em baixa do orçamento e das Grandes opções do plano, tendo em conta o instrumento que estavam a trabalhar diariamente Estamos era um instrumento de trabalho diário e não apenas um instrumento de planeamento ao longo de um ano ou ao longo de um compromisso plurianual. Era um instrumento diário de todos os serviços municipais, portanto tinha que ser o mais realista possível. -----

-----Referiu que há uns anos, os orçamentos municipais quando tinham que incluir a dívida de curto prazo inflacionavam quase 10 milhões de euros, e para todos os efeitos eu que tinham neste momento era um orçamento 70/80 milhões de euros quando sabiam que a execução era no limite iria ser 60. Felizmente esse tempo, com um esforço de todos e sobretudo com a gestão rigorosa, tinha passado e não se tinha deixado de fazer investimentos nem de se ir a jogo, e ainda por cima tinha-se conseguido controlar a dívida de curto prazo e avançar-se para uma consolidação das contas do município. -----

-----Disse que no próximo ano iriam tentar fazer uma apresentação mais rigorosa. Apesar de os documentos apresentados não poderem ser outros. Iriam tentar extrair desses documentos uma explanação que pudesse ser, por um lado mais simplista, de forma mais eficiente leitura, que com certeza era o que iriam fazer para a população geral no essencial, mas iriam tentar que fosse mais rápida nesta fase.-----

----- Sobre as questões da Proteção Civil, da Juventude e da Ação Social, disse que havia aqui uma delas que tinha de se reconhecer, e que até tinha estado sob gestão estado nos últimos 8 anos de um Vereador que nem sequer era da CDU mas sim do PSD. Disse também que a Proteção Civil, na sua opinião, tinha dado um salto muito qualitativo em termos recursos humanos, técnicos, equipamentos, materiais e instalações que não tinham nada a ver com a figura de proteção civil que existia há 10 ou 12 anos atrás. Podiam ir mais

Ata nº 5 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

longe, mas de certa forma tinha vindo a ser prática não se substituírem em termos de meios àquilo que existia no terreno, ou seja aos Bombeiros Voluntários de Sesimbra, porque aquilo tinha vindo a ser a aposta era que houvesse uma articulação cada vez mais profícua de gestão de recursos humanos e de meios disponíveis entre todos os agentes da Proteção Civil onde dois assumiam particular preponderância, a Proteção Civil Municipal e os Bombeiros Voluntários de Sesimbra. Curiosamente nesta altura tinham tudo para que as coisas corressem bem. O Coordenador da Proteção Civil era simultaneamente Comandante dos Bombeiros Voluntários de Sesimbra. -----

-----Quanto às considerações feitas pelo Deputado Carlos Macedo, disse que folgava em reconhecer que se revia no seu orçamento na sua totalidade e nas ações que lá estavam, particularmente aquelas que diziam respeito, não ao funcionamento da estrutura da câmara que também tinha que funcionar, mas sobretudo àquilo que era o investimento, não identificando nenhuma sobre a qual dissesse que não estava a favor, mas depois tinha identificado uma série de questões que tinham a ver mais como uma estratégia e uma visão de desenvolvimento do Concelho, que em termos comparativos estava entre a força mais votada e aquela que tinha sido quase a menos votada, que só o CDS havia ficado atrás. -----

-----Disse também que reconhecia que essa forma populista de colocar as questões mais não era do que tentar evidenciar o programa eleitoral do BE, que o Deputado Carlos Macedo aqui o havia feito muito bem, e que não havia merecido de todo a confiança por parte dos cidadãos do Concelho de Sesimbra, mas pronto, achava que o Deputado deveria refletir nisso da mesma forma que o mesmo pedia que refletissem no programa Bloco Esquerda, e já nem dizia proporcionalmente porque isso seria mais difícil.

Quanto às questões da estratégia e dos investimentos, disse que para além dos que estavam a fazer e aqueles que estavam previstos, havia mais. Referiu que há pouco tinha falado na questão do Formar, mas não era menos importante dizer que na mesma linha tinham a Casa do Infantado, que até era provável que chegasse mais depressa à gestão ao Município, que tinham 2 anos para iniciar as obras. De seguida, perguntou se achavam que se devia avançar, porque era bom que todos pudessem contribuir para quando se tivesse de dizer que aquilo não era uma prioridade e não deviam fazer mesmo que a oportunidade tivesse surgido naquele momento. -----

-----Referiu também a questão da Rede viária e se fazia ou não falta o edifício municipal e estacionamento na Vila de Sesimbra, que também estariam cá depois para discutir, se calhar num horizonte não muito longínquo. Claro que podiam discutir se concordavam com o modelo de estacionamento, mas pronto, cá estariam para discutir no futuro. -----

Ata nº 5 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Relativamente às questões colocadas pela Deputada Cláudia Mata, disse que o cronograma da manutenção da rede viária ia ser toda aquela que tinha sido lançada. Acrescentou que 90% era procedimentos que tinham sido lançados ou iniciados no ano 2021 e não havia praticamente um único novo relativamente ao ano 2022. -----

-----Sobre o compromisso na recuperação da pandemia, disse que mantinham exatamente o mesmo nível de responsabilidade que tinham mantido até agora, e que sempre tinha sido recebido com grande sentido de responsabilidade por parte do Partido Socialista, quer na Câmara Municipal quer na Assembleia Municipal, recusando também uma figura de um Município populista nas decisões mas sobretudo olhando para as dificuldades, fazendo a ponderação sobre as medidas a tomar e não utilizando uma medida meramente populista de resolução de apresentação à população de medidas avulso.

No que dizia respeito à forma como este documento era apresentado, disse que ficaria atento e explicou que o mesmo sempre tinha sido apresentado assim. Era verdade que tinham havido ocasiões de apresentação com slides e tinha que reconhecer. -----

-----Sobre a questão colocada pelo Deputado Germano Barros, disse que o aconselhava a fazer uma visita com o Presidente da Junta de Freguesia da Quinta do Conde porque só tinha conseguido identificar um parque, e o próprio não sendo da Quinta do Conde se calhar já a conhecia melhor que o Deputado Germano. -----

-----Referiu que infelizmente na Freguesia do Castelo, que conhecia melhor do que a Quinta do Conde, tinham sido desativados um conjunto significativo de parques infantis, particularmente os que estavam em loteamentos e urbanizações que tinham sido na altura cedências no âmbito dos processos de alvará de loteamento e das obras de urbanização, e tinham sido desativados porque não apresentavam condições. Hoje em dia a legislação sobre a manutenção e gestão de parques infantis era complexa, e quase diariamente tinham que perceber se havia um parafuso de um equipamento infantil, fosse de um escorrega ou de um baloiço, que saía ou que não saía, porque se amanhã alguém fosse lá tirar o parafuso ou se parafuso tivesse um problema, mesmo que tivessem lá passado durante o mês anterior para fazer uma vistoria, e se houvesse um acidente naquele baloiço, a responsabilidade era do Presidente da Câmara. --

-----Acrescentou que a aposta que tinham feito, e que era discutível, tinha sido desativar grande parte, particularmente aqueles que eram mais antigos, dos parques infantis que existiam um bocadinho avulso nestes loteamentos que tinham sido construídos como contrapartida nestas obras de urbanização, e centraliza-los em parques de maior dimensão nalguns sítios onde conseguiam fazer essa manutenção e monitorização de forma muito mais regular. No caso da Quinta do Conde existia não só ao pé da Junta de

Ata nº 5 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

Freguesia, que até achava que era a mesma a responsável, havia um junto ao mercado da Quinta do Conde, um junto ao Anfiteatro da boa água, havia o do parque da vila que era o maior de todos, e por de trás do ginásio SportCity, que era o mais complicado. -----

-----Relativamente ao Plano de Acessibilidades ao Concelho de Sesimbra, disse que era um facto e que pouco havia adiantado face àquilo que tinha sido aprovado na última versão em 2012, mas também não convinha esquecer que grande parte desse plano, para não dizer a totalidade, estava entroncado em duas operações urbanísticas que neste momento não se afigurava que na dimensão que estava inicialmente prevista se concretizasse, e portanto não se concretizando na dimensão que estava inicialmente prevista, teria de haver aqui a ver aqui uma perspetiva diferente relativamente àquilo que era o próprio plano de acessibilidades ao Concelho. -----

-----Acrescentou que havia 2 troços que eram fundamentais, a Variante do Porto Abrigo e uma ligação de Negreiros à A2/A33, uma delas IP e outra Brisa, e não dependia estritamente do Município que pudessem avançar ou não, e portanto continuavam, mesmo manifestando-se como sempre haviam feito, sobretudo nos últimos tempos, mesmo que isso levasse que a que não tivessem grande margem de alterações naquilo que era a estrutura da receita, sendo o Município que menos dependia do Orçamento de Estado, mesmo que os levasse a ter essa opção, e não mexer muito na fiscalidade municipal, preferiam que existisse a possibilidade de concretizar em todo ou em parte esses mesmos investimentos e participar neles. E isso foi o que haviam manifestado às respetivas tutelas. -----

-----Sobre as questões colocadas pelo Deputado Paulo Caetano, relativamente ao programa Revive, disse que neste momento estavam a avaliar se lançavam ou não novo concurso com o Turismo de Portugal. Referiu que uma empresa havia apresentado uma proposta que estava abaixo do preço base, e a mesma ainda não tinha dito claramente se estava disponível para um ajuste direto ou não pelo preço base, mas estavam a ponderar, sendo que a avaliação que o Turismo de Portugal fazia deste caso era que era uma operação difícil e que as condicionantes do regulamento do uso do Terreiro por parte da Diocese de Setúbal da Confraria eram aquelas levantadas por parte dos concorrentes ou dos potenciais interessados nas maiores reservas. -----

-----Era uma questão que tinha de ser neste momento ponderada, mas havia a crítica que estavam quase a “vender a alma do diabo” e a dar o Cabo Espichel, mas afinal nem assim havia interessados, mas iam se conseguiram encontrar uma solução encontrar uma solução com o Turismo de Portugal.

Sobre a TGR, disse que o Prazo médio pagamento era inferior neste momento a 30, mas o mais importante para uma Autarquia era que não tivesse o prazo médio de pagamento superior a 90 dias. Isso é que era

Ata nº 5 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

dramático, porque entrava em regras contabilísticas diferentes já que teriam de apresentar os fundos disponíveis e os saldos orçamentais porque entrava em incumprimento, de certa forma, com o prazo médio de pagamentos. -----

-----Relativamente ao PDM, disse que se tudo corresse bem no mês de janeiro iriam sugerir à Assembleia Municipal e até ao Executivo Municipal, a versão final que estava praticamente fechada há praticamente 1 mês, podia haver ali um ou outro certo, mas a proposta era que durante o mês de janeiro pudessem agendar, que fá-lo-ia com o Presidente da AMS, uma data para apresentação da proposta final do PDM. -----

-----Quanto às questões colocadas pelo Deputado António Marques, sobre a questão do Castelo de Sesimbra, disse que era claro que tinham sempre muito a fazer. Referiu que neste momento era importante fazer-se estas obras antes de quaisquer outras porque estas permitiram levar as Infraestruturas para dentro do Castelo de Sesimbra. Acrescentou que não estavam a falar da pavimentação da via, mas sim daquilo que não se via, porque o Castelo de Sesimbra não tinha potência necessária para a realização de um espetáculo, tinha de ser a gerador, e não tinha a rede de águas e esgotos, portanto não se podia fazer lá o evento muitas vezes porque não se podia fazer ligação à rede de esgotos. Neste momento tinham sido criadas as condições para que pudessem criar outras infraestruturas, e para fazer umas coisas não conseguiam fazer outras. -----

-----Quanto à Educação e Cultura disse que achava que o serviço e projetos educativos tinham previsto um conjunto de iniciativas, inclusivamente com educação e com as escolas do Concelho, mas depois a Vice-Presidente poderia prestar mais informações relativamente a este assunto. -----

-----Sobre as questões colocadas pela Deputada Anabela Rocha, relativamente à aquisição para realojamento, disse que para o ano 2022 não estava previsto praticamente nada, mas era uma previsão que se fazia já do ponto de vista daquilo que era a aquisição de imóveis para dar resposta à Estratégia Local de Habitação no âmbito do Programa de Recuperação e Resiliência (PRR) se assim for possível. Mas, para 2022 não estava nada previsto neste valor. -----

-----Relativamente ao festival da Liberdade e Juventude, disse que todas as associações tinham sido convidadas a participar. Referiu que também só havia uma Associação Juvenil no Concelho, e acrescentou que os grupos informais tinham vindo a trabalhar naturalmente com a juventude, e eram esses mesmos grupos que tinham estado também na construção do Festival da Liberdade. -----

----- Disse que havia um projeto que neste momento até era para se avançar novamente em dezembro, mas as circunstâncias atuais não o permitiam. Incluía um conjunto daquilo a que os setores chamavam de

Ata nº 5 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

“várias tribos” das mais diversas áreas que tiveram para começar a preparar não apenas o Festival da Liberdade mas também todo o processo e projetos para a Juventude para o ano de 2022 num quadro de participação que não tinha sido possível realizar pelo atual contexto. -----

-----Referiu que tinha tido a Juventude durante 4 anos e que nunca tinha lá visto o Deputado Ricardo, e acrescentou que era informal e aberto a toda a gente. Talvez resultasse na necessidade de reforçarem mais os 520 mil euros de informação que estavam previstos para este ano.-----

-----Sobre a questão do Turismo referiu que o principal produto era o “sol e mar”, no entanto desde de 2019 e com a atualização a 2021, o que estava previsto no Plano Estratégico Regional era a potenciação do destino Arrábida que incluía Sesimbra, Setúbal e Palmela, particularmente nos destinos de turismo - natureza. A divulgação e a promoção eram feitas através da Entidade Regional, portanto o Município podia lá estar, em parceria sempre com a Entidade Regional, nos mercados emissores principais.-----

-----Referiu que Sesimbra tinha uma grande diversificação de mercados emissores o que não era necessariamente mau porque permitia que se houvesse algum problema num desses mercados não houvesse um reflexo muito grande no próprio Concelho de Sesimbra. Acrescentou que os últimos dados apontavam para o mercado alemão como o principal mercado, com o mercado espanhol a seguir e o mercado francês em terceiro e os mercados Nórdicos, mas por diferença de décimas percentuais, o que significava que por um lado não dependia exclusivamente de um ou dois mercados emissores.-----

-----Disse que desses mercados emissores, no quadro regional, existia dois mercados que agora a pandemia tinha vindo revoltar todo esse contexto, dois grandes mercados emergentes para o Concelho de Sesimbra, nomeadamente o do Brasil e Estados Unidos, que eram os dois principais mercados da região de Lisboa com impacto reduzido no Concelho de Sesimbra, mas eram mercados que procuravam sobretudo o conceito de “City short break”. Este contexto, sobretudo, de ligação a Lisboa num mosaico de experiências era importantíssimo, que era o que estava a ser programado em termos regionais, mas que com a pandemia e sem voos para cá não se conseguia fazer nada. -----

-----Por fim, disse que Entidade Regional iria rever o Plano Estratégico durante este ano em função do contexto atual e do perfil dos turistas que neste momento estavam emergentes, e Sesimbra iria participar como sempre havia feito na definição do Plano Estratégico Regional.-----

Relativamente à questão colocada pelo Deputado Carlos Oliveira sobre a relação com o pessoal, o mapa e o orçamento, disse que o mapa de pessoal refletia as necessidades que tinham, quer dos efetivos atuais quer das necessidades a contratar, e o orçamento do pessoal refletia neste momento aquilo que tinha sido



Assembleia Municipal de Sesimbra

a execução orçamental que estava previsto executar até ao ano de 2021 refletida no orçamento de 2022 com o acerto de cerca de 1% face à execução que estava previsto fazer. -----

-----Acrescentou que o mapa de pessoal por o recrutamento de cerca de 100 novos trabalhadores, e o orçamento da rubrica 01 de “pessoal” tinha um aumento de 1% face à execução e não ao orçamento inicial de 2021 com um acerto 1%. Este acerto de 1% tinha a ver com aquilo que seria a proposta de aumentos salariais de 0,9% mais a atualização do salário mínimo nacional. Não previa em larga escala que os novos recrutamentos viessem a ter um peso no orçamento 2022, partindo do pressuposto que, a iniciarem-se os procedimentos em 2022, teriam valores residuais ainda durante o ano de 2022 na rubrica do pessoal, com exceção daqueles que já estavam considerados quer no orçamento 2021 quer no orçamento de 2022 de recrutamentos que estavam em concurso e que estavam neste momento a ser tramitados. -----

-----Disse que o que vinha no orçamento de 2022 inicial era a execução previsível no final 2021 com acréscimo de 1%. No final de março e antes de Abril, aquando da revisão orçamental, teria que ser calibrado em função da entrada de novos trabalhadores e a perspetiva de saída de eventuais trabalhadores para as Juntas de Freguesia se viessem a acontecer. -----

-----Referiu que em março e abril teriam uma atualização das Grandes Opções do Plano, quer do ponto de vista da previsão, de execução já iam tendo alguma informação mais credível sobre tudo mais em cima do terreno. Disse que percebia quando se fala nas metas e indicadores, e tudo indicava que seria um relatório de sustentabilidade entre aquilo que eram os instrumentos provisionais e também os instrumentos de gestão e a efetividade dos resultados para a população, e estavam a trabalhar para que fosse possível, até no quadro do sistema de gestão da qualidade.-----

-----Relativamente à questão sobre a energia, referiu que estava previsto o aumento substancial daquela rubrica, mas julgava que eram 200 mil euros que tinha a ver com uma candidatura de eficiência energética nos edifícios públicos que o Município estava a tramitar. -----

-----Sobre a informação e comunicação disse que da mesma forma que referira há pouco as questões do pessoal, o valor que estava neste momento previsto nos instrumentos 2022, tinha a ver com a execução que iriam finalizar o ano 2021 nesta área. Acrescentou que o Covid também havia tido aqui um impacto grande.

-----Foi cedida a palavra ao **Vereador Nélon Pólvora** que começou por cumprimentar todos os presentes e dizer que a sua intervenção iria no sentido dos vereadores do PS terem sido visados diretamente em algumas intervenções, mas sobretudo na intervenção do Deputado Carlos Macedo do BE,



Assembleia Municipal de Sesimbra

e não podia deixar passar à luz da Defesa da Honra, em nome dos vereadores do PS, dizer que estava longe das suas perspetivas a expressão “vendidos por pão”.-----

-----Disse que os vereadores do PS tinha vindo a ter uma participação bastante ativa neste mandato, e aconselhou o Deputado Carlos Macedo a ler o Programa Eleitoral do PS e também a assistir à reunião de 17 de dezembro da CM, onde poderia ficar esclarecido sobre a posição dos vereadores do PS relativamente às GOP's e ao Orçamento para o ano de 2022. -----

-----Disse também que o Deputado não tinha estado atento na campanha eleitoral, se calhar por só ouvir o que era dito pelo BE durante a mesma. Acrescentou que podiam constatar que estava nas GOP's o equipamento de escolas do Concelho com todos os materiais tecnológicos e climatização necessários ao conforto da comunidade escolar que estava no programa do Partido Socialista, bem como a Escola Miguel Giacometti, a nova unidade de saúde familiar da Quinta do Conde, o Pavilhão Multiusos da Quinta do Conde, o Auditório na Quinta do Conde, levar o associativismo a pelouro da Câmara Municipal de Sesimbra, a requalificação do Centro Náutico da Lagoa de Albufeira e a hipótese, que já tinha sido discutida em executivo, de criar um regulamento para os impostos municipais. -----

-----Também estava previsto melhorar a eficiência energética dos edifícios municipais, alargar o programa de recolha de lixo porta-a-porta a vários pontos do Concelho, promover junto da administração central a construção do quartel da GNR na Quinta do Conde construir o percurso pedonal entre o Porto de Abrigo e a Vila de Sesimbra, implementar a rede carreiras urbanas na Quinta do Conde, construir a rotunda da meia laranja na Cotovia que ia envolver também grandes obras de infraestrutura a nível da substituição de condutas quer de águas quer de saneamento. Referiu que também o plano de pavimentação da Rede viária do Concelho, desenvolvimento do programa Habitar Sesimbra envolvido com a ELH, o novo parque urbano da Quinta do Conde, requalificar o Mercado da Lagoa de Albufeira. -----

-----Este era o conjunto de iniciativas que vinham no programa eleitoral do Partido Socialista e que estavam presentes nas GOP's para 2022.-----

-----Não podia ainda deixar de referir que ao cargo dos Vereadores PS, mais concretamente sobre a alçada do próprio, tinham ficado os pelouros da Fiscalização Municipal e o das de Águas e Saneamento. Acrescentou que a fiscalização Municipal não tinha GOP's mas as águas e saneamento, e só dando o exemplo das águas, tinham previsto de 4 milhões de euros, e se o Deputado dissesse que as águas para a população do concelho não tinham importância, e relembrou que há muitos anos atrás era constante a falta de água em Sesimbra e eram vários os verões em que quem ia abastecer água eram os Bombeiros Voluntários de Sesimbra ao fim de semana. Neste momento, e desde 1997, que os vários executivos que

Ata nº 5 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

tinham passado pela Câmara Municipal, tinham feito uma forte aposta no abastecimento de água as suas populações, e tinham de ser realistas, tinha havido uma substancial melhoria no abastecimento de água e não tinham tido falta de abastecimento, e ao mesmo tempo tinha vindo a ser feito um grande feito ao longo dos anos um grande investimento para a substituição de condutas, algumas ainda em fibrocimento, construção de novos reservatórios. -----

-----Referiu que só no ano que vem, por exemplo, iam construir uma nova célula na Quinta do Conde, no Cabeço do Melão, 1 reservatório que estava orçamentado em um milhão de euros. -----

-----Concluiu dizendo que era uma questão de o Deputado Carlos Macedo ficar mais atento às declarações e ao trabalho dos vereadores do Partido Socialista tinham feito nestes 3 meses que de funções. Por certo, não viria com as conversas que tinham sido aqui enunciadas e das quais de todo não se identificavam, porque estavam totalmente a justificar com o trabalho e com o que se haviam proposto ao eleitorado no Concelho de Sesimbra. -----

-----Tomou o uso da palavra a **Vereadora Felícia Costa** que desejou uma boa noite a todos os presentes e felicitou os munícipes que ainda continuavam em casa a assistir, pela sua resiliência e resistência física também para estar a esta hora da noite a acompanhar os trabalhos da Assembleia Municipal que era sempre um exercício interessante e importante para um melhor conhecimento dos trabalhos deste Executivo e desta Assembleia Municipal. -----

-----De seguida, Relativamente à intervenção do Vereador Nelson Pólvora, disse que na verdade o vereador elencou um conjunto de projetos e de ações que faziam parte do programa eleitoral do PS que também era muito coincidente com o plano eleitoral que a CDU apresentou, até porque quem conhecesse o Concelho sabia exatamente quais eram as necessidades e quais eram as áreas onde era necessário investir. Queria só acrescentar uma coisa que não tinha sido dita pelo vereador Nelson mas que era importante e que estava no programa eleitoral da CDU, a conclusão da construção do novo Palácio da Justiça, para a qual a Câmara Municipal foi chamada a participar, como foi também para a Escola Navegador Rodrigues Soromenho e também para o Centro de Saúde. -----

-----Referiu que para o projeto do novo Palácio de justiça tinha sido colocada a necessidade da câmara elaborar o projeto e com data limite para a elaboração e para a concretização e apresentação desse projeto para ser validado pelo próprio Ministério. A câmara teve de fazer um esforço grande em termos de arranjar a parte técnica e de conseguir concluir o projeto, projeto esse que tinha sido orçado em cerca de 300 mil euros e portanto foram 300 mil euros que a câmara municipal de Sesimbra tinha investido para apresentar ao Ministério da Justiça um projeto de execução para aquele equipamento, e já tinham passado 4 anos e

Ata nº 5 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

até hoje não tinham sequer um vislumbre de quando é que teriam um novo Palácio da Justiça no Concelho de Sesimbra. -----

-----Disse que estava a referir esta questão porque era efetivamente importante e como já tinham tido a oportunidade de discutir em algumas reuniões de câmara, a maior parte dos equipamentos que eram da responsabilidade da Administração Central, as escolas de 2º, 3º ciclo e secundário, onde se incluía o tão falado Pavilhão da Michel Giacometti, os equipamentos de saúde e o Palácio da justiça, eram equipamentos para os quais a câmara tinha batido à porta dos vários ministérios no sentido de poder com a tutela, estabelecer contratos de programa que permitiriam à câmara poder executar os projetos e para poder lançar a obra.-----

-----Se em relação à Escola Navegador Rodrigues Soromenho conseguiam ter esse contrato programa celebrado, e foi por proposta da Câmara na mesma altura em que haviam proposto ao Ministério da Educação poder avançar para navegador Rodrigues Soromenho, fazer em simultâneo a mesma operação para a Escola Michel Giacometti, e todos sabiam qual era a história, o Ministério da Educação havia celebrado com a CM um acordo de cooperação de cerca de 3 milhões de euros para uma obra que ia custar 6 milhões de euros, e portanto Ministério da Educação para uma obra que era da sua responsabilidade exclusiva, iria pagar 50% do valor total da obra.-----

-----Em relação à Michel Giacometti, que haviam colocado exatamente na mesma altura a mesma intenção de poder avançar com um projeto semelhante até hoje, já tinham passado vários Secretários de Estado, já tinha mudado a tutela em termos do Ministério, e até hoje da parte do mesmo não tinha havido nunca abertura para a CM poder avançar Para a realização de um projeto e conseqüente obra de ampliação e requalificação da Escola Michel Giacometti. Pensava que era importante que toda a gente percebesse o reforço que a câmara fazia para conseguir concretizar para o Concelho, equipamentos que deveria ser a administração central a fazer porque era da sua responsabilidade exclusiva e que não fazia apesar das insistências do Município e apesar do mesmo propor substituir-se ao vários Ministérios nomeadamente na parte daquilo que era a execução financeira destes mesmos equipamentos.-----

-----Era importante que todos percebessem o esforço que tinha vindo a ser feito ao longo dos anos, como por exemplo do Centro de Saúde que todos sabiam o mesmo tinha um investimento do Ministério da Saúde inferior àquilo que a câmara ia gastar na concretização daquele equipamento. Acrescentou que a Câmara andava aos anos a diligenciar junto da ARS LVT, a possibilidade de avançar para a concretização da obra do Centro de saúde da Quinta do Conde. Finalmente tinha tido há poucos meses a luz verde para poderem avançar com o projeto, e era a mesma coisa com o Quartel da GNR da Quinta do Conde, mas

Ata nº 5 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

eram obras que só se estavam a concretizar com o esforço financeiro da CM e depois de muita insistência junto da Administração Central para que os mesmos pudessem ser efetivamente realizados no Concelho de Sesimbra.-----

----- Em relação às obras de equipamentos sociais, disse que a Câmara não geria creches, lares nem residências sénior, o que a Câmara fazia era apoiar as instituições que se candidatavam em cada programa, como no caso do PARES, naquilo que já estava a ser anunciado para a construção de equipamentos sociais no âmbito do PRR e a câmara financiava de acordo com o regulamento, muitas vezes até 50% em relação ao valor não financiado por parte das várias entidades que financiavam cada uma destas operações. -----

-----Acrescentou que lamentavam que em relação à Quinta do Conde, que tinha efetivamente necessidade de ter 1 equipamento social destinado à população idosa, não havia nenhuma residência para ocupação sénior que não fosse de privados e muitas vezes privados clandestinos, sem condições. -----

-----Referiu que o Centro Comunitário tinha apresentado uma candidatura para a construção de um lar e, infelizmente, ao contrário daquilo que era expectável, essa candidatura foi rejeitada com argumentos que nem a própria entidade promotora pelo Centro Comunitário da Quinta do Conde nem a própria CM tinham percebido. No fundo, o argumento para rejeitar essa candidatura tinha sido que não tinha da parte da câmara ainda o licenciamento em relação à obra, coisa que não era verdade. Não tinham um licenciamento efetivamente mas o Centro Comunitário tinha apresentado o projeto e tinha pago as taxas, e essa era uma das condições necessárias para que aquela candidatura tivesse sido aprovada. -----

-----Mais uma vez por estas decisões da Administração Central, a freguesia da Quinta do Conde e os municípios da Quinta do Conde, que precisavam tanto de um equipamento com esta resposta. Ficavam mais uma vez com esta necessidade adiada sabendo-se lá para quantas candidaturas. Aquilo que neste momento estava a ser indicado pelo próprio Instituto da Segurança Social era a possibilidade de se poder avançar para uma candidatura no âmbito PRR. Acrescentou que iam ver se depois quando as candidaturas abrissem, esses equipamentos tão necessários como também o apresentado pela Santa Casa da Misericórdia para uma resposta de melhorar e de aumentar o número de respostas em lares, que também tinha sido rejeitado, pudessem vir a ser aprovadas no futuro. -----

-----Disse que neste momento foi aprovado o local e a residência da Cercizimbra na Quinta do Conde, no fundo para finalizar uma obra que já estava iniciada e já tinha tido financiamentos da câmara de acordo com regulamento, e que para esta concretização tanto no âmbito desta candidatura, a Câmara mais uma vez de acordo com aquilo que estava estipulado no regulamento Social de apoio à construção destas respostas sociais, iria participar com uma verba que não era de todo displicente e que se não fosse o

Ata nº 5 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

esforço financeiro que a câmara iria fazer, neste caso em relação à única candidatura aprovada até agora e a outras que pudessem vir a ser provadas, não era displicente para o Orçamento municipal porque estavam a falar se todas elas fossem aprovadas como todos esperavam, da parte do esforço financeiro que o Orçamento municipal teria que fazer, seria cerca de mais de 2 milhões para todas as candidaturas se fossem todas aprovadas.-----

-----Foi cedida a palavra ao **Deputado Carlos Macedo** que esclareceu que na sua intervenção tudo que tinha ~~erido~~ querido dizer era, obviamente, uma avaliação política e não avaliações pessoais nem de caráter.

-----Referiu que um dos aspetos pelo qual tinha um grande respeito pelo Presidente, também no sentido de algumas conversas que iam tendo, nomeadamente aquando da reunião do Estatuto de oposição, era a possibilidade ou capacidade de se poder debater diferenças percebendo os lados e não concordando porque não tinham de concordar em tudo e era por isso que não estavam no mesmo lado do debate muitas das vezes.-----

----- Disse que tinham posições diferentes porque achava que populista seria defender algo diferente aqui do que aquilo que o Bloco Esquerda havia apresentado na campanha eleitoral, e se vinha aqui defender aquilo que achavam correto, não era populismo mas sim coerência, porque populismo seria tomar posições diferentes daquelas posições que tinham por motivos meramente eleitorais. Acrescentou que a discussão da pouca representatividade não devia coartar a coerência, porque quando o BE tinha tido mais do dobro desta votação há 16 anos atrás também não tinha deixado de defender com a mesma coerência as ideias que havia apresentado.-----

----- Relativamente à intervenção do Vereador Nelson Pólvora, disse que a sua intervenção tinha sido uma avaliação política e que em momento nenhum tinha dito que os Deputados do PS eram uns vendidos, mas sim que havia uma lógica de perpetuação de poder e de uma obra que era avulsa sem uma definição estratégica daquilo que era o programa eleitoral do PS. Esta era a sua interpretação e aqui estavam a debater política e se assim não fosse todos teriam tido conhecimento sobre o acordo de governação que existia entre as duas forças que compunham o Executivo da Câmara e ninguém conhecia. Interveio em seguida o **Deputado Carlos Oliveira** que disse que apenas havia referido os números e a sua avaliação relativamente aos mesmos em termos do orçamento deste ano e os orçamentos futuros. Era evidente que sabiam que existia um grande apoio por parte da Associação dos Bombeiros Voluntários de Sesimbra relativamente à Proteção Civil, mas o que havia referido era que na área da Proteção Civil existia muito trabalho para fazer porque era uma área diferente da dos bombeiros, aliás tinham visto a intervenção da Proteção Civil durante o período de vacinação em que tinha estado bastante ativa, mas havia outras áreas,

Ata nº 5 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

como a proteção das escolas, a proteção de edifícios públicos, entre outros, em que a proteção civil tinha bastante intervenção, e parecia-lhe escasso o valor relativamente e exclusivamente à Proteção Civil.-----

-----Relativamente à questão da poupança da leitura e dos números, disse que haviam tido conhecimento desta documentação no dia 17, e desse dia até hoje tinham passado praticamente 10 dias com o natal, e como trabalhavam e tinham as suas próprias atividades profissionais, não conseguiam ler toda a documentação em tão pouco tempo e estudar esta documentação a fundo em tão pouco tempo, e daí se ter socorrido do documento que havia referido porque era aquele onde julgou que fosse encontrar um resumo relativamente às GOP's e as intenções do Executivo para os próximos investimentos e desenvolvimento do Concelho para os próximos 5 anos.

Acrescentou que apenas havia solicitado mais alguma informação, nem sequer tinha levantado a questão relativamente às opções de fundo que a força que tinha ganhado as eleições para a Câmara Municipal, porque nesta altura não parecia ser ainda o momento adequado para fazer essa avaliação, essa começava-se a fazer no final do ano que vem.-----

-----Usou da palavra o **Deputado Sérgio Faias**, que referiu havia uma coisa que se tinha vindo a prolongar ao longo do tempo, e uma vez que estavam no momento de projeção daquilo que iria ser o próximo ano, queria tentar perceber o que estava pensado acontecer em 2022 principalmente para aqueles que para além da atividade cívica que faziam na Assembleia Municipal também tinham outra atividade, designadamente no momento no Movimento Associativo, e desde algum tempo se ouvia falar de um regulamento de apoio ao Movimento Associativo que iria de certa forma deixar claro os apoios a todas as entidades, mas continuavam à espera que esse regulamento visse a luz do dia. Perguntou se 2022 iriam ter esse regulamento, para quando é que está previsto e qual era o estado do mesmo.-----

-----De seguida, disse que queriam deixar a referência de alguma insatisfação pelo tom com que era referida a dicotomia entre o estado Central e poder autárquico ao estar sempre a enviar para o Estado Central um conjunto de responsabilidades referindo que o mesmo não fazia, não perguntava e não vinha ao terreno ver. Esse era o papel das autarquias e do poder autárquico, estar junto das populações, identificar as necessidades e naturalmente transmitir a quem tinha as competências em determinado momento, de quais eram precisamente as necessidades.-----

-----Disse ainda que quando olhavam para um momento em que estavam prestes a concluir o exercício com um saldo transitado de 5 milhões de euros mal estariam se face a esses resultados o poder autárquico não pudesse dar o apoio àquilo que as populações precisavam e muitas vezes ter de se substituir ao Estado Central. Mas, para que não tenha de se colocar nessa posição de substituir, tinha havido o pensamento de

Ata nº 5 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

fazer uma transferência de competências para que os próprios municípios pudessem assumir essas mesmas, naturalmente que com a transferência de algumas receitas que se esperava que viessem e que possibilitassem aquele “chavão” de que o poder autárquico conseguia multiplicar cada euro que investia mais do que o poder central e conseguia aproveitá-lo melhor. -----

-----Acrescentou que o que se esperava do poder autárquico quando tinham saldos transitados de 5 milhões de euros, era que o devolvessem à população ou que o reinvestisse a favor da população, e essa devia ser a abordagem que deviam ter. -----

-----Sobre as questões da comunicação, disse que depois de perceber a explicação do Presidente sobre a forma como era projetado para o ano 2020 os gastos com pessoal e outros gastos incluindo a comunicação que tinha a ver com o que era executado ou o que estava executado até ao momento em 2021 e depois se projetava para 2022, tendo em conta que 2021 tinha sido um ano de eleições autárquicas, era com preocupação que viam que tinha sido executado mais do que 100%, mais do que o dobro do plano e orçamento para o ano de 2021. -----

-----Interveio a **Deputada Anabela Rocha** que, relativamente à questão das creches, residências autónomas e Centros de Dia, disse que o que muitas Câmaras Municipais estavam a fazer era utilizar terrenos que tinham e a candidataram-se a esses equipamentos para depois de entrega-los à gestão de IPSS's, criando com isso emprego. Essas IPSS's eram aquelas que realmente tinham a possibilidade de ter as Comparticipações da Segurança Social, e achava incrível como é que num Concelho como o de Sesimbra havia tanta falta destes equipamentos e iam ficar à espera dos privados que poderiam não ter tanta facilidade em ter terrenos como uma Câmara quando havia um financiamento de 100% do PRR e, ao contrário da ELH, não constava que faltava dinheiro na AML para comprar, antes pelo contrário, parecia que havia bastante dinheiro para estes equipamentos. -----

-----Solicitou que o Presidente da CM respondesse à sua questão sobre a abertura da Lagoa de Albufeira, sobre o que era os 250.000€. -----

-----Por fim, sobre a aquisição de habitação para realojamento em 6 milhões de euros em Sesimbra, disse que achava estranho que um valor tão grande que estava explicito no orçamento para o próximo na fosse para não fazer. Acrescentou que aquilo que lhe havia constado na ELH era que aquilo que poderia vir a ser adquirido em Sesimbra seria para renda acessível ou para renda jovem, e nunca se tinha falado em realojamento, e por outro lado este item não era um dos prioritários e não seria um dos que arrancaria em 2022. Perguntou quem é que se pretendia realojar. -----

-----Usou da palavra a **Deputada Sandra Carvalho** que começou por cumprimentar todos os presentes

Ata nº 5 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

e dizer que iria fazer apenas uma pequena declaração de apreciação deste documento e que não iria tecer mais considerações porque já muitas tinham sido feitas ao longo desta discussão.-----

-----A Bancada da CDU tinha a dizer que este orçamento era de facto otimista e ambicioso para um ano que continuava a ser de grande incógnita e no entanto tinham que assumir que era ambicioso mas que iria valorizar o Concelho mais uma vez. Podiam ter um orçamento populista mas este orçamento propunha valorizar o desenvolvimento económico de forma realista e otimista onde a continuidade no investimento e no crescimento da valorização das infraestruturas do Concelho seria sempre o compromisso para com a população que assumiam sempre e continuariam a assumir, sem esquecer no entanto a capacidade de resposta a uma situação de gravidade económica dando alguma tranquilidade às atividades do Concelho em caso de necessidade como havia acontecido no passado recente.-----

-----De facto, a estratégia que tinha vindo a ser adotada nos últimos anos relativamente à elaboração das GOP, tendo por referência a execução do orçamento do ano anterior, era acertada porque revelava um nível de execução alto com um grau de investimento crescente numa lógica de desenvolvimento sustentável do Concelho. De facto, haveria sempre muitas coisas que ficariam por fazer do que aquelas que já se haviam feito, e estavam cá na discussão para isso, mas o objetivo devia ser de facto o desenvolvimento sustentável do concelho, e pensavam que mais uma vez, à semelhança dos anos anteriores, estas GOP's e orçamento para 2022, continuavam numa trajetória otimista mas realista adequada àquele que devia ser o desenvolvimento sustentável do Concelho. -----

-----Tomou novamente o uso da palavra **o Presidente da CM** que respondendo ao Deputado Carlos Macedo, disse que sem querer comentar do ponto de vista de avaliação política, como havia referido o Deputado Carlos Macedo, com todo o respeito que ele sabia merecer, um debate de diferenças não incluía na narrativa aquilo que o mesmo havia colocado. -----

-----Aquilo que o deputado tinha colocado numa sessão que era gravada foi no essencial que existia um conjunto de obras avulso para os eleitos da CDU se perpetuarem no poder do qual se haviam juntado agora os eleitos do PS a troco de alguns trocos para também para se poderem perpetuar e ambicionar ganharem as eleições em 2025. Com mais texto ou menos texto aquilo que tinha saído para o público era isto. --- -----

-----Referiu que para si isto era populismo porque discordarem da estratégia, do programa eleitoral da CDU, do Partido Socialista ou do PSD era totalmente legítimo, e discutirem nesta sede e nesta casa essas diferenças era de salutar, mas aquilo que havia colocado o deputado na sua intervenção, ou pelo menos



Assembleia Municipal de Sesimbra

em parte dela, não tinha sido isso, foi dizer às pessoas publicamente que era este o estado da avaliação política que o Bloco Esquerda fazia.-----

-----Disse que não se revia nessas palavras e acrescentou que quando deixasse de ter condições sairia pelo seu próprio pé, assim como quando a população entendesse que não deveriam de estar mais, e ficariam outros. Acrescentou que gostava muito se o BE tivesse também um Vereador para também contribuir.-----

-----Explicou em seguida que não havia nenhum acordo escrito e referiu que se o deputado conhecesse bem CDU sabia que não precisavam de acordos escritos, bastava um aperto de mão num quadro de governabilidade que garantia a autonomia de cada um, e era isso que estava definido entre a CDU e o PS. Havia programas, projetos, ações e objetivos que eram comuns e outros que nem tanto. Aqueles que eram comuns eram comuns e aqueles que nem tanto, procurariam uma aproximação que fosse entre os dois. Naqueles que não havia aproximação possível cada um mantinha a sua autonomia, e era isso que se fazia em prol de um concelho quando se queria trabalhar.-----

----- Podiam discordar do modelo, da estratégia e da visão, que sabiam que discordavam há muito tempo do Bloco de Esquerda, o que era perfeitamente legítimo, e aquilo que tinha referido era que devia de haver também uma ponderação do bloco Esquerda face ao resultado eleitoral que não tinha a ver com aqueles que se perpetuavam no poder nem com aqueles que provavelmente ambicionavam ser poder, mas o PS nem tinha nada para mostrar neste momento porque não tinham tido responsabilidades no executivo sequer.-----

-----Disse que tinham de falar **sobre** as coisas de forma aberta, frontal e sem problemas, discordando quando tinham de discordar, porque não se importava nada quando tinham de ter esta conversa. Também não faziam tudo certo e estavam disponíveis para voltar atrás ou rever algumas questões quando ouviam as opiniões de todos. Ninguém nascia ensinado e ninguém era dono da verdade. Estavam a falar “ainda por cima” de um Município que não era grande num contexto metropolitano.-----

-----Disse também que com certeza que havia questões de fundo e continuariam a ter essa divergência daqui a 3, 4 ou 5 anos provavelmente, e também podia acontecer que essa divergência deixasse de ser com a CDU e passasse a ser com outros, mas não podiam usar essa expressão porque quem ouvisse lá em casa parecia que o Francisco Jesus, a Felícia Costa, o Nelson Pólvora, a Argentina Marques, o Miguel Fernandes, o José Polido e o Márcio Sousa, que nem tinha pelouros, estavam aqui todos porque eram uns amigalhaços e iam juntar esforços para garantir que ficariam cá durante mais uma série de anos, e isso não era verdade.-----

Ata nº 5 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Disse ainda que se a população entendesse que deviam sair não havia problema nenhum, assim como se quisesse continuar a dar o voto de confiança. Tinham era de ser construtivos sobretudo no discurso, e ao referir que o mesmo era populista era porque de facto esse discurso que muitas vezes levava ao aparecimento de algumas organizações e outras não eram organizações nenhuma mesmo populistas e ao descrédito das pessoas com a política. Um cidadão comum Sesimbrense que estivesse em casa a ouvir isto, parecia que o Presidente da Câmara e os vereadores estavam cá para ganhar um dinheiro e trabalho em função de garantir esse *status quo*. -----

-----Referiu que se tivessem de dar o braço a torcer porque efetivamente o BE apresentava uma proposta que tinha pernas, que era razoável e que provavelmente até fazia todo sentido, não tinham problemas nenhuns em dizer que aquela proposta fazia sentido para a população do Concelho de Sesimbra, e o BE podia levantar a bandeira a dizer que tinha sido uma proposta sua, não havia problema nenhum nisso. Acrescentou que eram todos conhecidos uns dos outros e que nunca tinham atingido estas circunstâncias, pelo menos esta narrativa, nem nunca tinha ouvido o BE utilizar uma narrativa dessas pelo menos durante os 16 anos em que exercia funções, fosse na CM, fosse na Junta de Freguesia.

Sobre as questões do deputado Carlos Oliveira, disse já tinha percebido e registava a solicitação de um resumo que pudesse ser mais exaustivo e uma documentação menos exaustiva de apresentação mais simplista. Portanto, um resumo mais exaustivo daquilo que eram as propostas das principais ações das Grandes opções do plano quantificado em valor num cronograma temporal e depois num quadro mais simplista para fazer apresentação dessas mesmas ações. -----

-----Sobre o Movimento Associativo, disse que se tudo corresse conforme previsto este ano seria o ano em que entraria em vigor o regulamento que passaria por todas as fases incluindo a ida à Assembleia Municipal. -----

-----Acrescentou que, como já tinha referido em assembleias anteriores, no contexto em que viviam, o atual regulamento, e porque existiam vários regulamentos e esse era o problema, existia um regulamento de apoio, um regulamento de Apoio ao Movimento Associativo Desportivo, um regulamento de apoio ao associativismo sesimbrense, e de todos só retirava, porque tinha características e especificidades muito próprias, as normas de apoio ao movimento associativo solidário, porque tinha normas muito específicas incluindo aquelas que emanavam do Concelho Local de Ação Social e as regras da segurança social. Fazia sentido unificar tudo no mesmo documento, com programas diferentes tendo em conta e em atenção aquilo que era a diferença de atividades de cada uma das coletividades ou dos clubes/Associações. -----



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Disse ainda que tinha dado jeito durante este período de pandemia não haver um regulamento tão fechado e tão objetivo como aquele que iriam propor, porque também tinha permitido de certa forma manter os apoios ao movimento associativo durante este período difícil para todos na mesma linha que dos anos anteriores e, portanto, sem necessidade de haver uma grande alteração regulamentar. O regulamento novo já era mais fechado e muito mais preciso nos critérios de ponderação e avaliação. ----

-----Por fim, disse a base estava praticamente fechada e que iria haver uma reunião provavelmente com os clubes/associações e aparentemente durante o primeiro trimestre estaria a tramitar os procedimentos normais. -----

-----Sobre a questão dos saldos das transferências de competências, disse que folgava em ouvir Deputado Sérgio Faias a utilizar a mesma expressão que o Governo, que não era aquela que os municípios mais apreciavam ou as autarquias locais, de que com 1 € conseguiriam fazer o dobro do que o Governo fazia, o problema era que a base de partida era praticamente de zero. -----

-----Disse também que não tinha dúvidas que as respostas em toda a dimensão das áreas a transferir iriam ser muito melhores do que aquelas que as que tinham sido com o governo, porque essas não tinham acontecido com os governos, sem apontar um partido ou outro. -----

----- Tirando a gestão corrente de recursos humanos, sabiam o estado em que se encontravam os equipamentos que eram da responsabilidade da Administração Central bastava olhar para o Formar que percebiam que o 1º piso estava fechado porque não tinha condições de segurança, e tinha lá o Instituto de Emprego e Formação Profissional através da parceria com a CM. -----

-----Disse ainda que não tinha dúvidas de que iriam ficar melhor servidos, mas também não tinha dúvidas que o exercício que iriam todos ter que fazer era um exercício complexo, porque da ponderação que se estava a fazer, particularmente no quadro da educação, que era matéria mais complexa e mais dolorosa, estimava-se, ainda numa forma muito incipiente, sem ter ainda números que pudessem apresentar com toda a coerência que era necessária para essa dimensão, provavelmente um défice 2 milhões de euros anuais entre aquilo que era transferido e aquilo que eram encargos necessários, sem falar sequer da reabilitação dos edifícios. -----

-----Acrescentou que podiam ter saldos de 5 milhões de euros, que aliás os saldos de 5 milhões eram sempre investidos, mas ainda não tinham utilizado, como outros municípios utilizavam, e parte desses saldos não serem incluídos nos orçamentos de cada um dos anos respetivos, e este também não iria fugir à regra, porque conseguia identificar nas GOP's 3 ou 4 rubricas que estavam sobrevalorizadas e que teriam de ser reforçadas. Também sabiam a ginástica contabilística que era, porque para lançarem um

Ata nº 5 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

procedimento tinham de ter cabimento e para ter cabimento tinham de ter a verba para cabimentar mesmo que não a utilizassem, contabilisticamente falando, mesmo que isso obrigasse depois a fazer um acerto noutras rubricas que sabiam que estavam desvalorizadas. Isto não era nenhuma Irregularidade, era uma forma meramente de utilizarem os instrumentos financeiros que tinham ao dispor para conseguirem executar o conjunto das propostas que tinham pela frente, se não corriam o risco de não conseguir certa forma lançar o procedimento durante um Largo período de tempo porque não tinham cabimento para cada 1 deles.

-----Relativamente às questões da Deputada Anabela Rocha, disse que desconhecia se havia municípios que estavam a avançar para a construção para depois entregá-las à gestão de IPSS's. A única coisa que podia dizer era que no caso do Concelho de Sesimbra, o Município tinha cedido a totalidade dos solos. Os solos que existiam em zonas definidas para equipamentos que tinham sido cedidos pelo município exatamente para poderem avançar com estas candidaturas, fosse o PRR, fosse o PARES ou qualquer outro financiamento Comunitário que pudesse entretanto surgir. Ou seja, o Município já tinha cedido grande parte dos solos que tinha para equipamentos, fosse para a construção de lares ou para a construção de creches, e sabia que havia um pedido recente de uma IPSS para uma parcela de terreno que pudesse servir para equipamento social para poderem avançar para uma candidatura também no quadro do PRR, para além daquelas que já havia hoje, como por exemplo da Santa Casa da Misericórdia e do Centro Comunitário, à exceção de um na Lagoa de Albufeira que era uma IPSS proprietária do próprio terreno e que ponderava avançar também para o PRR.-----

-----Sobre a questão de aquisição para realojamento, já tinha estado a ver as GOP's de trás para a frente e de frente para trás e não via nenhuma verba nem para 2022 nem para 2023 para Sesimbra. Via uma verba para 2024 e 2025 previsível que no essencial transpunha aquilo que estava na ELH, que era a aquisição de um conjunto de fogos para realojamento, porque aquilo que dizia o PRR era habitação a arrendada apoiada, e portanto o realojamento de famílias em situação de condições de habitabilidade indignada com a possibilidade de se realojar de acordo com levantamento de 303 agregados familiares que aqui estavam identificados.-----

-----Sobre a Lagoa de Albufeira disse que também não via 250 mil euros nas GOP para este ano, só estavam 50 mil euros para abertura da Lagoa porque não estava previsto nenhum desassoreamento, e a última informação que tinham recebido há cerca de 1 mês e meio, era que estavam a finalizar o estudo de impacto ambiental e que tinha que ser objeto de avaliação de impacto ambiental, e que estavam com uma dificuldade porque a entidade que se estava a propor era a mesma entidade que tinha que fazer a avaliação

Ata nº 5 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

de impacto ambiental, que era uma coisa estranha. O Projeto, como sabiam, era a Agência Portuguesa do Ambiente (APA) que era da entidade AIA também. -----

-----Por fim, disse que o que tinham transmitido à APA era que estariam disponíveis para avançar com o processo que estava previsto no estudo, que passava pela solução menos pesada de abertura da Lagoa de Albufeira, que tinha a ver com a regularização de uma draga com canal de maior dimensão e profundidade que aquele que costumava ser utilizado. A abertura da ligação da Lagoa ao mar que ainda teria que ser sujeita a novo contrato interadministrativo com a APA, porque também não o tinham para 2022. -- -----

-----De seguida, colocado à votação o 1º ponto da ordem de trabalhos: **“Grandes Opções do Plano (PPI E AMR’S) 2022 e anos seguintes, Orçamento do ano de 2022, 2023, 2024, 2025 e 2026 – Mapa de Pessoal”**, A Assembleia Municipal, estando presentes 23 eleitos, deliberou, sob proposta da Câmara Municipal: ---

-----**Aprovar, por maioria**, com 10 votos a favor da CDU, 2 votos contra (1 BE e 1 da Deputada Independente) e 11 abstenções (8 PS, 1 CHEGA e 2 PPD/PSD) os documentos respeitantes às Grandes Opções do Plano (PPI e AMR’S) e Orçamento 2022. -----

-----**Aprovar, por maioria**, com 20 votos a favor (10 CDU, 8 PS, 2 PPD/PSD), 1 voto contra da Deputada Independente e 2 abstenções (1 CHEGA e 1 BE), o Mapa de Pessoal. -----

-----O Grupo Municipal da CDU apresentou a seguinte Declaração de Voto:-----

-----“*Os eleitos da CDU na Assembleia Municipal avaliaram a proposta de Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2022 e consideraram, no que se refere à Receita, que Autarquia continua a depender maioritariamente da obtenção da receita própria.*-----

-----*A proposta de Orçamento da Câmara Municipal de Sesimbra para o ano 2022 é na ordem dos 64 milhões de euros (63.995.897 €).*-----

-----*Destacamos do Orçamento duas premissas, a que não somos indiferentes: o não aumento da carga fiscal, apesar de se observar crescimento da receita fiscal não existe um aumento da carga fiscal, bem como a manutenção dos chamados tarifários dos serviços urbanos - fatura da água, resíduos e saneamento.*---

-----*O equilíbrio das contas do Município, cujo endividamento tem vindo a baixar desde 2012 e a consequente condição para a ausência de pagamentos em atraso, mantêm-se como objetivos perfeitamente exequíveis em 2022, com a expectativa de pagamentos a fornecedores em prazo inferior a 30 dias.*-----

-----*Lamentamos e temos de o referir, porque é cada vez mais evidente que se trata duma consequência da privatização da EGF, a exponencial subida das tarifas de deposição de resíduos, valores que a breve*

Ata nº 5 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

prazo se verão refletidas na popularmente designada “fatura da água”. -----

-----E por falar em água, destacamos também neste Orçamento o avultado investimento da Autarquia neste setor com o objetivo de vir a tutelar toda a fileira da água, desde a produção, a distribuição e faturação. -----

-----Investir na Educação é investir no futuro da nossa comunidade, razão pela qual vemos com simpatia a inscrição 4,5 milhões de euros neste Orçamento. -----

-----Os 3,2 milhões de euros destinados para a Cultura, o Desporto e a Juventude, perspetivam boas notícias para projetos como a Capela de São Sebastião, o Auditório da Quinta do Conde, o Centro de Interpretação da Arrábida, nas Pedreiras e outros. -----

-----Garantido também está pela Autarquia continuar a apoiar o Movimento Associativo, Cultural e Desportivo, quer através dos apoios logísticos, quer através dos apoios financeiros. -----

-----A Ação Social, a Saúde, a Habitação e Urbanização, o Saneamento e Salubridade são sectores onde se observa claro empenho. Mas o Orçamento também prevê obras que são da responsabilidade do Governo como o Posto Territorial da GNR na Quinta do Conde, o novo Centro de Saúde da Quinta do Conde, o Tribunal, ... -----

-----Verba significativa também para a Proteção Civil onde o objetivo principal é assegurar o apoio aos Bombeiros Voluntários de Sesimbra. -----

-----Uma das grandes preocupações deste Executivo é a continuidade no melhoramento dos espaços verdes no nosso concelho, a defesa do meio ambiente, com especial incidência para a proteção ecológica e paisagística, a limpeza das praias e a aquisição de vários equipamentos, que promovam a saúde e o bem-estar da nossa população. -----

-----Gostariam os eleitos da CDU que os valores com os custos do pessoal fossem mais elevados, seria sinal de que o Governo central ouve as preocupações e as reivindicações da CDU na melhoria e no aumento dos ordenados dos trabalhadores, em particular dos trabalhadores da autarquia, por isso os 22.200.000€, são ajustados a uma realidade que gostaríamos que fosse melhor. -----

-----Consequentemente reafirmamos, este é um Orçamento otimista e ambicioso para um ano de incógnita, Orçamento cuja implementação muito valorizará o nosso concelho. Não é um Orçamento populista. É um Orçamento que propõe valorizar um desenvolvimento económico realista e otimista, onde pontuam a continuidade no investimento e no crescimento da valorização das infraestruturas do nosso concelho e no cumprimento do nosso compromisso para com a população do concelho, sem esquecer a capacidade de resposta a uma situação de gravidade económica, dando alguma tranquilidade às atividades

Ata nº 5 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

do nosso concelho em caso de necessidade como aconteceu em passado recente.-----

-----Finalizamos, registando o contributo dos trabalhadores do município em que se confia para a concretização deste plano, sem os quais também não seria possível poder trabalhar na sua viabilização.”

-----O Grupo Municipal do PS apresentou a seguinte Declaração de Voto:-----

----- (Em falta) -----

-----O Grupo Municipal do CHEGA prestou a seguinte Declaração de Voto:-----

----- A bancada do CHEGA, na sessão ordinária da AMS a realizada no dia 28 de dezembro de 2021, justifica assim o seu voto de abstenção, relativo ao orçamento apresentado nas Grandes Opções do Plano 2022 e anos seguintes, Orçamento do ano de 2022, 2023, 2024, 2025 e 2026.-----

-----Sendo que a gestão do município esteve cargo e quase em exclusividade a cargo da CDU todas as despesas receitas vem na continuação de um trabalho por eles iniciado, o CHEGA não teve, intervenção nem participação na atribuição de valores ou fiscalização da correta utilização os mesmos, assim não me parece que agora seja coerente para o desenvolvimento do município impor entraves no desenrolar dos trabalhos em curso, que embora francamente insuficiente, foi o realizado e aprovados pelos executivos anteriores, tendo eles sido eleitos em democracia pelos munícipes.-----

-----Embora existam imensas verbas atribuídas e que supostamente serão utilizadas não nos é perceptível a sua clara utilização pois as rubricas são muito genéricas na sua apresentação não partiremos do princípio da má-fé na gestão das mesmas. -----

-----Este orçamento na sua grande maioria vem dar continuidade a projetos em curso que o oneram de forma severa, mas que têm de se concluir ou dar continuidade, com elevadíssimos custos sem dúvida, mas já em curso ou adjudicadas não podemos agora hipotecar o pagamento das mesma, não foi no nosso mandato a aprovação do concurso, esta é uma responsabilidade que não partilhamos tais como a conclusão da escola Navegador Rodrigues Soromenho (orçada em 2.500.000€), requalificação da Capela de são Sebastião (504.000€), a unidade de Saúde de Sesimbra (1.360.000€), o bloco da Mata (1.750.000€). Assim compete ao CHEGA supervisionar estes trabalhos e ser corresponsável das adjudicações futuras, garantindo o crescimento do município e uma correta aplicação de receitas Congratulamo-nos com o facto de o executivo ter um aumento de receitas, ainda que a utilização destas verbas seja muito pouco ambiciosa e apenas fazendo face a manutenção dos projetos delineados em mandatos anteriores, não inovando nem criando projetos inovadores ou marcantes para o município.”-----

-----O Grupo Municipal do PPD/PSD prestou a seguinte Declaração de Voto:-----



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----“Grandes Opções do Plano 2022 e anos seguintes, Orçamento de 2022 a 2026 -----
-----No início de um novo mandato, passadas que estão as eleições e o tempo de promessas, atento o conteúdo legalmente estabelecido para os documentos apresentados à Assembleia Municipal, seria possível, e mesmo desejável, que a Câmara Municipal de Sesimbra, revelasse a sua estratégia para os próximos quatro anos, assumindo dessa forma um compromisso com a população. -----
-----A Câmara Municipal não é apenas uma entidade prestadora de serviços básicos, ou construtora de infraestruturas e equipamentos, e sendo indispensável alguma intervenção assistencialista, não devemos, contudo, considerar que estas devam ser as suas atividades exclusivas, sob pena de comprometermos o equilíbrio e os recursos financeiros das autarquias. -----
-----A Autarquia deve no quadro da gestão política do território assumir também um papel de promotor, de parceiro, de facilitador, mesmo naquelas áreas em que a iniciativa privada predomina. É com base neste tipo de interação, envolvendo todos os interessados, que se alavanca o desenvolvimento económico, se promove a coesão social e se reduzem as desigualdades na comunidade. -----
-----É assim com fundamento naqueles pressupostos que levantamos reservas quanto ao Plano de Atividades e Orçamento e as Grandes Opções do Plano apresentados para 2022 bem como sobre as projeções apresentadas para o quinquénio 2022 a 2026. -----
-----Consideramos que estes documentos assentam essencialmente na conclusão de ações, projetos e investimentos e obras que transitam do mandato anterior. Para o futuro, e dentro daquelas que são ou podem ser as áreas de intervenção da CMS não conseguimos identificar nestes “planos” uma estratégia robusta e coerente de Desenvolvimento para o Concelho. -----
-----Considerámos por outro lado para a nossa tomada de posição, o facto de para além destes documentos que agora votámos, existirem outros a serem presentes à AM, que serão fundamentais, porque determinantes, no estabelecimento das grandes linhas estratégicas para Sesimbra, refiro-me ao Plano Diretor Municipal, a Estratégia Local da Habitação e um conjunto de regulamentos que a maioria CDU/PS da CMS se comprometeram a apresentar à Assembleia Municipal. -----
-----Estão neste momento a reunir-se as condições propícias à realização de um amplo debate que poderá ser decisiva para o futuro do Concelho de Sesimbra. Votar neste momento a favor das GOP seria um sinal que estaríamos a retirar a matéria orçamental desse amplo debate, o que constituiria um erro político grave.--Votar contra, para além de constituir uma posição política de pura e dura oposição comprometeria o espírito aberto e construtivo com que queremos participar nos debates que nos referimos anteriormente. -----
-----Assim, optámos pela abstenção, através da qual damos o benefício da dúvida para a gestão da

Ata nº 5 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

autarquia no próximo ano, ao conjunto das forças políticas que compõem e participam no executivo da Câmara Municipal de Sesimbra, ao mesmo tempo que declaramos estar disponíveis e interessados em participar ativamente na discussão dos documentos nos quais se definirá a estratégia e o futuro do Concelho.”-----

-----O Grupo Municipal do BE prestou a seguinte Declaração de Voto:-----

-----“DECLARAÇÃO DE VOTO GOP e ORÇAMENTO-----

-----*A discussão do orçamento e das grandes opções da autarquia são um momento importante no calendário autárquico. É um momento de discussão política, de clarificação de posições pelas diferentes forças representadas nos órgãos, e de diferenciação.*-----

-----*Por certo, se poderia fazer o debate do merceeiro, da rúbrica e do tostão. Não foi para isso que fui eleito. Ao longo da execução farei por fiscalizar o cumprimento legal daquilo que aqui for aprovado, mas agora é o momento de avaliar politicamente as propostas do executivo e de criticar de forma construtiva as opções tomadas que justificarão o meu voto nesta sessão.*-----

-----*Existem opções e decisões que pelas suas características são obviamente consensuais e que merecem a nossa aprovação. Ninguém se opõe, creio eu, a que se conclua a ampliação da Escola navegador Rodrigues Soromenho, ou a Reabilitação da Capela de São Sebastião, ou a criação de um equipamento cultural para a Quinta do Conde, ou a conclusão do novo centro de saúde para a freguesia de Santiago, ou a construção de um novo centro de saúde na Quinta do Conde, ou a conclusão das obras de urbanização na Lagoa de Albufeira, ou a melhoria da iluminação pública, dos passeios e das vias de circulação, etc.*-----

-----*Estas despesas ou outras como estas, esgotam grande parte da capacidade de investimento dos executivos municipais. Mas são obviamente necessárias e estruturantes para a comunidade em que se inserem. Este orçamento, sendo o primeiro de um novo mandato, está desde logo condicionado pelas decisões tomadas pelo executivo anterior, que tomou um conjunto de opções de investimento, nomeadamente as que acabei de elencar há pouco, que ou são concluídas ou seriam desperdiçadas. Quanto a estas obras e com este enquadramento, entendo que esses investimentos de continuidade devem ser concluídos.*-----

-----*Mas este orçamento e as opções dele decorrentes são, ou deveriam ser mais que isto. Este é o maior orçamento de sempre do município de Sesimbra, 64 Milhões de euros. Este executivo não tomou a opção de apoiar os munícipes através da redução de taxas, mesmo que a receita do IMT tenha duplicado o previsto em 2021 e quase se equivalesse à receita do IMI. A opção foi maximizar a receita, ter mais dinheiro.*-----

-----*Esperava eu, que o maior orçamento servisse para começar a resolver, ou pelo menos começasse a*

Ata nº 5 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

apontar os caminhos para a resolução dos problemas sistémicos do concelho. O seu cariz periférico, a falta de emprego de proximidade, a desertificação de Sesimbra, o trânsito e o estacionamento em Sesimbra, a falta de infraestruturas na Quinta do Conde, o desenraizamento dos habitantes da Quinta do Conde, a sazonalidade do turismo, etc. -----

-----Para a resolução desses problemas, nem um vislumbre de solução. -----

-----Nem o facto de das últimas eleições ter resultado uma redistribuição dos mandatos, veio trazer mudanças. A correlação entre as diferentes forças no executivo, poderia antever que pelo menos uma parte substancial das opções tomadas poderiam ser alteradas. Nada mais errado. Seja por omissão, desinteresse ou incapacidade nada disso sucedeu. Vinga em exclusivo o projeto que vinha de trás liderado pela CDU. Um projeto que não tem rasgo nem rumo para o futuro do concelho, pois não tem solução para os problemas estruturais.-----

-----O orçamento que hoje nos é proposto não define uma estratégia para o futuro do concelho. -----

-----O orçamento proposto obedece precisamente à lógica do merceeiro que não me interessa debater, nem creio que interesse aos munícipes. O princípio da repartição de verbas entre pelouros que conduza à realização de alguma obra ad-hoc que permita exhibir trabalhar e sobretudo salvaguardar a permanência no poder. -----

-----Desde o momento da minha tomada de posse que alertei para o receio que tinha de que os eleitos não soubessem interpretar os resultados e a decisão dos eleitores. Que aquilo que foi proposto em campanha não fosse apagado por 4 anos. Que os interesses pessoais não se sobreponham aos projetos políticos e que não se formasse uma nova entidade que não foi a votos: O partido da Câmara. -----

-----Ora, é precisamente isso que está a acontecer. A formação do partido da Câmara. Uma entidade disforme de geometria variável que permite acomodar todos os vereadores com pelouro, salvaguardando a todos alguns tostões para que se mantenham vivos aos olhos dos munícipes mais distraídos. Com isso, a força mais votada, a CDU, minimiza danos e mantém os pelouros e as obras mais relevantes debaixo da sua alçada, esperando que isso lhes garanta novo mandato em 2025. Por outro, a força que ficou em segundo na eleição para a Câmara, o PS, crê que com os euros que lhe couberem, conseguir fazer melhor que o seu parceiro de poder e com isso ganhar as eleições de 2025.-----

-----Neste jogo de poder perde-se tempo, perdem os munícipes e perde o território. -----

-----Nada daquilo que distingue o nosso concelho foi resultado das políticas dos executivos durante estes, mais de, 40 anos. E assim continuará, infelizmente. -----

-----Qual estratégia, qual futuro para o concelho. Nada disso interessa ao partido da câmara. Aquilo

Ata nº 5 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

que realmente interessa é a gestão do poder pelo poder. Continuaremos à deriva a assistir à obra avulsa em busca do voto.-----

-----Por essa razão, a representação do bloco de esquerda vota contra o orçamento e as GOP apresentadas pelo executivo municipal para o ano de 2022.-----

-----A Deputada Independente apresentou a seguinte Declaração de Voto:-----

-----“Declaração de voto Orçamento e Mapa de Pessoal-----

-----Orçamento-----

-----Estamos perante o maior orçamento de sempre resultado das maiores receitas próprias de sempre: sobe a receita de IMT, de IMI, de taxas urbanísticas (3,9 milhões) e multas, de venda de bens e serviços (drenagem 2,7 milhões; taxa esgotos 1,9 milhões; resíduos 3 milhões; água 3,5 milhões; tarifa da água 2,2 milhões). Apesar de ter uma folga orçamental de 16,6 milhões, ao contrário dos habituais 9, a Câmara não desce um imposto, ou taxa, ou fatura. Num orçamento de 64 milhões aprovou apenas isenções ao IMI de 164 mil euros... Se neste enquadramento financeiro não desce é claro que nunca descerá.-----

-----E para que se arrecada tanta receita? Nas despesas temos em pessoal 22 milhões, o que não dispensa a aquisição de bens e serviços por mais 12,5 milhões. 37,5 milhões para a Câmara funcionar... Acresce a isto 6,7 milhões para combustíveis (3,8 milhões), viaturas ligeiras e semi-ligeiras, seguros e reparações. Só nisto já voaram 44 dos 64 milhões. São rubricas a repensar com urgência pois serão demasiado pesadas em anos de crise imobiliária.-----

-----Quando comparado com isto o que se gasta em apoios a festas, associações, clubes, IPSSs, é uma migalha, por mais que venha tudo bem detalhado em dezenas de rubricas.-----

-----O restante grande investimento é comparticipação em obras em dois ou três equipamentos coletivos do Estado, reabilitação de património, algum apoio aos transportes, estruturas de água e habitação social, estas últimas porque há grandes apoios.-----

-----O investimento de 777 mil euros em obras de urbanização em 3 AUGIs da Lagoa é o mínimo quando só até 2019 a Câmara já tinha arrecadado 1,1 milhão em custos de urbanização nessas mesmas AUGI, tendo os custos médios por lote mais altos do país.-----

-----Estranha-se que não se invista em equipamentos como creches, residências autónomas e centros de dia, existindo um financiamento do PRR a 100% a decorrer até fevereiro. A Câmara deveria usar os seus terrenos para este fim, visto que tem mais disponibilidade que outros para o fazer, e entregar a gestão a IPSSs que teriam comparticipação da Segurança Social.-----

-----Não há qualquer estratégia para a criação de emprego e captação de investimento diversificando

Ata nº 5 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

a economia para lá do turismo; na rubrica Atividades Económicas temos o valor deprimente de 700 mil euros.--

-----Não há verdadeiras políticas de apoio social, na Ação Social 627 mil euros... -----

-----E ainda há a duplicação de taxas, multas e outras penalidades para 5,1 milhões em 2023... Mapa de Pessoal-----

-----No pessoal passam de 1015 para 1222 os trabalhadores, mais 207, um aumento de 20% (!!!) e nos dirigentes de 38 para 43, mais 5, um aumento de 15%. De 1043 passamos para 1255 numa rubrica que já é muito excessiva no orçamento, um aumento de cerca de 19%.-----

-----Iguamente importante é que sejam adicionados muitos trabalhadores a muitas divisões que não prestam qualquer conta, não apresentam autoavaliação no Relatório de Atividade Municipal, não é possível saber qual o fundamento deste aumento. Refiro-me por exemplo à Unidade Técnica de Economia Local e Gestão de Equipamentos, à Divisão de Logística e Gestão de Frota e à Divisão de Ambiente Urbano. -----

-----Por outro lado, acentua-se ainda mais uma discrepância excessiva entre trabalhadores e dirigentes, ou melhor, entre operacionais e restantes trabalhadores, continuando a Câmara a ter défice em serviços especializados, que vai depois contratar externamente, aumentando ainda mais a despesa com pessoal.

-----De estranhar é que a coordenação do Departamento Sociocultural esteja vazia e vá permanecer vazia, que o Gabinete de Modernização, Qualidade e Auditoria só tenha uma pessoa quando há graves problemas de gestão, e que dos dois Técnicos Superiores existentes no Gabinete Médico Veterinário, um seja médico mas o outro seja licenciado em Arquitetura, a fazer serviço de Assistente Técnico quando a Câmara se propõe contratar arquitetos para outros departamentos... ”-----

-----De seguida, o Presidente da AMS deu continuidade ao POD com o **2º Ponto da Ordem de Trabalhos: “Taxa Municipal de Direitos de Passagem’2022”**.-----

-----Não havendo questões, e tendo sido colocado à votação, a Assembleia Municipal, estando presentes 23 eleitos, deliberou por unanimidade, sob proposta da Câmara Municipal, fixar o percentual de 0,25% relativo à Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) para vigorar no ano de 2022.-----

-----Logo após, iniciado o **3º ponto da ordem de trabalhos: “Transferência de Competências da Administração Central ao abrigo da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto – Diploma Setorial no Domínio da Ação Social”**, o Presidente da AMS cedeu a palavra ao Presidente da CM para que este prestasse declarações.-----

-----**O Presidente da CM** explicou que a proposta era protelar ao máximo possível, que havia ser 1 de abril se não houvesse nada em contrário, a assunção destas competências. Este Diploma havia saído no

Ata nº 5 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

final do mês de outubro e havia o atraso de quase um ano da Administração Central na emissão deste Diploma. Acrescentou que a informação que tinha neste momento era que a assunção da competência seria mesmo a 1 abril mesmo que não fosse aprovado, não havia condições sequer do Governo de passar esta competência para o dia 1 de janeiro para os Municípios. No essencial, queriam deixar aqui também o sinal de discordância, não só sobre o conteúdo mas sobre a forma como tinha sido tratado este processo de descentralização.-----

-----Solicitou o uso da palavra a **Deputada Anabela Rocha**, que disse que a nova Presidente da Associação de Municípios tinha dito há pouco tempo que competia aos municípios informar o Governo daquilo que realmente necessitavam para exercer estas competências e que seria atribuído.

Disse ainda que queria prestar aqui um elogio ao detalhado diagnóstico, meios e recursos que tinha sido feito por esta Câmara, que havia proposto e que a resposta tinha sido, pelos vistos, o mesmo valor não suficiente já tinha sido enviado anteriormente, e era lamentável.-----

-----Usou da palavra o **Deputado Sérgio Faias** que disse que era indicado que os recursos disponibilizados eram insuficientes, era manifesto e em algum ponto era indicado até que os serviços se consideravam com base na experiência que tinham ao longo dos anos que era insuficiente, mas depois não se via quantificado que iniciativas é que tinham havido por parte do município para tentar transmitir essa insuficiência e quais tinham sido as respostas, e gostaria de saber o que tinha acontecido.-----

-----Interveio em seguida o **Deputado Carlos Macedo** que começou por referir que, sendo favorável à delegação de competências, até porque a intervenção de proximidade era um caminho que tendia a adensar-se, fosse da administração Central fosse para os Municípios, fosse depois dos municípios para as freguesias, se não, na sua ótica, acreditava que as freguesias depois deixavam de fazer sentido se assim não fosse.-----

-----Disse também que muitas das vezes nos partidos de contrapoder, a rejeição de competências ou da atribuição de competências era feito porque era cómodo por vezes também ter um alvo para quem sempre se empurrasse a responsabilidade da não execução de determinadas tarefas, o que não acreditava que fosse o caso, e por isso não havia condições para votar favoravelmente a esta esta distribuição de competências, mas não queria deixar de deixar essa nota porque achava que tinha a ver com uma nova forma de governação ou de governança, e achava que a tendência seria esta, mas obviamente que a atribuição das competências devia vir sempre acompanhada dos meios financeiros para a sua para a sua execução.-----

Ata nº 5 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Usou da palavra o **Deputado Rui Rodrigues** que disse que era sabida a posição que a CDU tinha sobre este tema. Não rejeitavam o assumir competências, aliás a CDU sempre tinha defendido que até se devia aprofundar mais aquilo que era a descentralização de competências através da regionalização, e isso seria um processo muito mais profícuo para todos. -----

----- Sobre este processo em particular da descentralização de competências da área da Ação Social, disse que tinham sido levantadas muitas dúvidas e que algumas, quando o documento foi enviado pela Câmara Municipal, tinham sido levantadas à Secretaria de Estado da Ação Social e não se havia obtido resposta. Portanto, segundo aquilo que parecia, os fundos que iriam ser descentralizado para a Autarquia a nível monetário equivalia àquilo que tinha sido gasto em Ação social pela Segurança Social em 2018. Acrescentou que estavam em 2022 e em pleno período pandémico que tinha agravado a situação social de muitas das gentes do Concelho e País em geral; e, portanto, era um processo que tinha falta de informação desde o início, e por isso votariam favoravelmente à não-aceitação desta descentralização de competências.-----

-----Tomou o uso da palavra o **Deputado Carlos Oliveira** que disse que estavam aqui perante aquilo que era um dilemas há muitos anos relativamente à questão da delegação de competências, e passavam a vida a protestar e a dizer que se devia fazer a transferência das competências para as autarquias, mas a verdade também era que existia sempre por de trás dessa transferência uma armadilha, e a armadilha era que com a competência vinha normalmente a transferência de verbas para o exercício dessas competências que normalmente não acompanhavam as necessidades que eram criadas aos municípios relativamente ao exercício dessas mesmas competências. -----

-----Referiu que isto era uma espécie de jogo do gato e do rato. Era verdade que existiam muitas competências, nomeadamente este tipo de competências que tinha a ver com a ação social em que existia uma maior proximidade dos municípios relativamente às carências das populações e das pessoas que deviam ser apoiadas, mas também era verdade que não podiam estar a aceitar competências sem que existisse no fundo uma relação clara e leal entre a administração central e a Administração Local nesta mesma transferência de competências.-----

-----Acrescentou que não podiam ficar com o “menino nos braços” e depois arranjar o dinheiro pedindo aos munícipes que pagassem mais taxas e mais impostos enquanto o Governo Central ficava muitas vezes com verbas para fazer aquilo que muito bem lhe apetecia. Portanto, considerava que não estavam reunidas as condições ainda para que o município aceitasse este tipo de competências. Estariam reunidas sim, no momento em que as mesmas viessem acompanhadas com as verbas necessárias para cobrir as

Ata nº 5 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

necessidades e mais, que essas mesmas transferências depois fossem atualizadas. Se hoje já estavam a receber competências com verbas calculadas a 2018, quando isto fosse transferido provavelmente para o ano, então já teriam 3 anos de diferença. -----

-----Por fim, disse que achava que ainda não existia um processo claro e um processo leal relativamente à transferência de competências, e também acreditava que no futuro, se houvesse transparência e lealdade, então as autarquias deviam assumir muitas dessas competências porque estavam mais próximas das populações.-----

-----Foi cedida a palavra ao **Presidente da CM**, que começou por dizer que se todas as competências fossem transferidas para os municípios, a bem ou mal tanto não poderiam deixar de as cumprir, com maior ou menor insuficiência de verbas fossem transferidas, e esse era um dos problemas.

Referiu que havia uma parte significativa que já havia transitado para os municípios no dia 1 Janeiro 2021, não precisamente no dia 1 de janeiro mas ao longo do ano 2021, que obedecia a alguns altos transferência e algumas ainda não tinham sido transferidas também, nem se previa que viessem a ser transferidas tão cedo, e não percebia bem porquê. -----

----- Disse que em algumas outras competências até estariam interessados em poder perceber se as recebiam mas não tinham obtido resposta. Estavam a falar sobretudo das vias de comunicação que estava prevista a transferência dessas vias. Acrescentou que os encargos e dificuldades que tinham com sistemas de gestão sobretudo de intervenções sobretudo nas estradas nacionais eram de tal ordem que preferiam que elas passassem, pelo menos em determinadas zonas urbanas, para os municípios do que ficassem na esfera das Infraestruturas de Portugal. Já tinham notificado as Infraestruturas de Portugal porque essa devia ter passado a 1 de janeiro mas não tinha passado. -----

-----Disse também que o problema e a dimensão que aqui se colocava não tinha a ver com o conceito com e com o espírito que devia estar associado a uma efetiva delegação de competências desde cima para baixo. Achava que todos estavam de acordo e que ninguém defendia o contrário, fosse do município para as freguesias, fosse da Administração Central para o Município, havia competências que eram melhores geridas na esfera da proximidade. Infelizmente o Estado sempre tinha sido centralista e continuava a ser de certa forma. Também era verdade que no caso da relação entre municípios e freguesias nem todos eram iguais, e o caso de Sesimbra nem era daqueles que que havia descentralizado tudo e tudo e mais alguma coisa nem era daqueles que não tinha descentralizado nada.-----

----- Disse ainda que tinha havido um processo de descentralização nos últimos mandatos de aprofundamento, e com certeza que continuaria a ver com disponibilidade para o futuro e principalmente

Ata nº 5 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

já no próximo ano 2022, até porque já tinha estado nos dois lados da “barricada” e inclusivamente conhecia bem este diploma para as Freguesias, e mal seria que Município se comportasse com as freguesias como Administração Central se comportava com os municípios no que diz respeito à subvalorização das competências transferidas. -----

-----Mas, aqui a dimensão não tinha a ver o conceito, mas sim com a forma e com conteúdo, e não podiam por tudo dentro do mesmo saco porque se era mais ou menos perceptível e até justificável e reconhecível que pudessem ficar com a competência para a manutenção, gestão, limpeza e construção de infraestruturas de apoio das praias e das zonas baleares, também com a respetiva receita proveniente das respetivas concessões, quer de domínio público Marítimo quer depois também das atividades que lá se realizassem, fazia algum sentido porque o Município é que tinha vindo a investir ao longo dos anos e era quem fazia limpeza porque tinha havido quase uma demissão praticamente de quem tinha essa responsabilidade, em alguns casos a Autoridade Portuária e em outros casos a APA. -----

-----Referiu que nunca ninguém tinha visto algum dia alguma viatura da Agência Portuguesa do Ambiente a fazer a limpeza das praias de Sesimbra, da Aldeia do Meco e da Lagoa de Albufeira. Nem tinham visto a Agência Portuguesa do Ambiente ou a Administração Portuária a construir os Passadiços de acesso às praias e as condições acesso às praias. -----

-----Disse que as questões de fundo tinham a ver com estas três competências, a Saúde, a Educação e a Ação Social, e particularmente porque elas estavam muito sobrevalorizadas. -----

-----De seguida, respondendo à questão colocada pelo Deputado Sérgio Faias, disse que para além de pronúncia que tinham tido quando do mapa, tinha-se pedido também um conjunto de reuniões com o Centro Distrital da Segurança Social para saber os números concretos, porque não os tinham e não sabiam quanto é que o Estado pagava em Rendimento Social de Inserção (RSI), mas agora já sabiam e já sabiam até comparar. Acrescentou que também podemos enumerar as vezes mas foi a Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares (DGESTE) para saber os números concretos. -----

-----Referiu que iriam receber no dia 1 de Abril, entre outras coisas, a saúde e o contrato de arrendamento entre a Administração Regional da Saúde (ARS) e a Santa Casa da Misericórdia, onde funcionava o atual centro de saúde de Sesimbra. Se tudo corresse bem, lá para pós verão 2022, a nova unidade de saúde estaria pronta, mas iriam receber no dia 1 de abril este contrato de arrendamento, e sabiam que a Santa Casa da Misericórdia tinha recebido um ofício a perguntar se tinham alguma oposição relativamente a que a partir do dia 1 de Abril fosse feita a transferência por via legal para que o arrendatário deixasse de ser a ARS e passasse a ser o Município de Sesimbra, e a Santa Casa da Misericórdia tinha

Ata nº 5 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

respondido que não mas havia chamado a atenção para o facto de que havia uma obra que estava a decorrer e que no contrato de arrendamento dizia que tinham de repor o edifício tal e qual como ele estava antes.--

----- Disse que já tinham oficiado 2 ou 3 vezes a ARS e a Secretaria de Estado da Saúde e que não tinham nenhuma resposta. Fazia sentido que, na pior das hipóteses e mesmo discordando do processo, do conceito e dos valores, no limite fosse considerado a nova unidade de saúde com a dimensão e com a área e com os critérios que tinha que já eram poucos. Acrescentou que não fazia sentido que Município assumisse repor o Edifício da Santa Casa Misericórdia tal e qual como ele estava antes de ser arrendado pela ARS. Alguém tem alguma lógica sobre nós vamos assumir essa responsabilidade.-----

----- Disse também que havia uma questão de fundo que tinha a ver com igualdade de oportunidades, porque estavam a colocar aqui três serviços e três áreas fundamentais e essenciais, que eram a saúde, a educação e a ação social, à mercê daquilo que viesse a ser mal ou bem. Acrescentou que eu não tinha dúvidas que fossem ser melhor servidas pelos municípios do que pela Administração Central, mas deviam deixar ao critério dos municípios e daquilo que eram as suas prioridades, as respostas melhores ou piores aos cidadãos de cada um desses municípios.-----

-----Referiu que aqui ao lado, se Setúbal entendesse por qualquer motivo que iriam modernizar todas as unidades de saúde que iam passar para a responsabilidade da Câmara Municipal, e se Sesimbra desse prioridade às, os cidadãos de Setúbal iriam ter melhores condições de acesso à saúde do que os cidadãos do Concelho de Sesimbra, e quem dizia os centros de saúde dizia as escolas. Isto não fazia sentido nenhum, no limite que fosse precedida desta descentralização, o processo de regionalização que quase toda a gente estava de acordo que devia acontecer. Mas, era a nível regional que se faria esta gestão, tal como a rede. Perguntou se fazia sentido andarem a esgrimir argumentos com Setúbal para ver quem tinha mais dinheiro para pôr o anzol para construir uma escola secundária.-----

-----Disse que ninguém estava a pensar no Governo Regional da Madeira e dos Açores transferir isto para os municípios, porque estavam a transferir era encargos. Com certeza que iria funcionar melhor, e havia um Presidente de Câmara que curiosamente era do PS que dizia, a respeito desta descentralização, que parecia que estava a ouvir aquilo que eu conhecia das filas à porta do Centro local da Segurança Social, parecia que estava a ver as pessoas a fazer fila para o gabinete do Presidente da Câmara, e isso não fazia nenhum sentido. Parecia que agora a responsabilidade de atribuir rendimento social de inserção era dos municípios.-----

Ata nº 5 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Por fim, Perguntou qual é que era o peso dos municípios fazerem isto e o que é que isto significava do ponto de vista de descentralização e proximidade dos municípios, a calcularem sobre critérios objetivos a atribuição e entrega do rendimento social de inserção. Disse que era só retirar chatice e peso da Administração Central. -----

-----De seguida, foi cedida a palavra à **Vereadora Felicia Costa** que cumprimentou todos os presentes e disse que aquilo que o Deputado Rui Rodrigues tinha tido não era inteiramente verdade, porque aquilo que sabiam depois de a portaria ter sido publicada era que e o quadro de transferência financeira foi publicada em outubro deste ano e que dizia o que cada Município iria receber, no caso de Sesimbra iriam receber três verbas, uma de 22 mil euros para contratação de um técnico, o correspondia a um técnico superior no início na carreira, e pela reposição remuneratória, significava que daqui a 4 ou 5 anos, esse valor já não seria suficiente. Portanto, iriam receber 22 mil euros para poder contratar um técnico para fazer face ao número de atendimentos que iriam aparecer. -----

-----Disse também que o que era grave era que o RSI neste momento estava protocolado com a Cercizimbra, portanto o Instituto Segurança Social em alguns municípios tinha resolvido fazer acordos com IPSS's para que fossem as mesmas a substituir-se à segurança social no âmbito dos atendimentos para o RSI, e havia uma verba que era transferida para cada IPSS de acordo com o número de atendimentos. A verba que a CM iria receber era exatamente aquela que a Cercizimbra recebia desde 2018 porque não tinha sido atualizada, que estava calculada para 300 utentes. Neste momento a Cercizimbra fazia cerca de 500 atendimentos, o que significa que o Município iria receber uma verba que a câmara poderia utilizar e ser ela própria a fazer os atendimentos ou protocolar com a Cercizimbra até porque a mesma já tinha contratado os técnicos para fazer esses atendimentos e não fazia sentido que a Câmara não fizesse esse protocolo porque a Cercizimbra ficaria com Técnicos para os quais não teria funções e que havia contratado para poder responder a questão do RSI. -----

-----Acrescentou que a Cercizimbra já havia colocado a necessidade de um reforço em relação à verba que recebia atualmente da Segurança Social, uma vez que essa verba era para 300 utentes e tinha neste momento em carteira 500. Essa questão já tinha sido colocada pela própria, quer ao Secretário de Estado quer à Senhora Diretora da Segurança Social, quando isto andava a ser discutido na plataforma supraconcelhia e portanto a verba era esta e não havia atualizações e era altamente deficitária em relação àquilo que era necessário para que os 500 utentes que estavam em Carteira da Cercizimbra pudessem efetivamente receber esse atendimento. Ou seja, iriam ter que contratar mais técnicos para que isso pudesse ser feito. -----

Ata nº 5 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Disse que o que era ainda mais grave, e não pelo valor de transferência porque até era irrisório no meio dos outros números todos que estavam a falar ao nível das transferências de competências, mas que revelava aquilo que era no fundo o critério desta desresponsabilização financeira e técnica que estava a ser passada para cima dos municípios, era aquilo que dizia respeito ao fundo socorro social. O que estava previsto ser transferido para o município de Sesimbra era 20 mil euros para os tais atendimentos de caráter mais subjetivo, como de alguém que um dia ficava sem casa por qualquer motivo e tinha que ser realojado numa pensão ou em outro lado qualquer, ou alguém que não tinha dinheiro para pagar a conta da eletricidade ou outra coisa qualquer e tinha que ter um apoio eventual para isso. Portanto aqueles apoios eventuais que nunca sabiam quando é que apareciam e qual seria o montante. -----

-----Acrescentou que a Segurança Social em 2018 tinha gastado 48 mil euros com estes atendimentos no Município de Sesimbra 48000 €, e o que era transferido agora para 2022 era 20 mil euros, ou seja, nem sequer aquilo que era o princípio que tinha sido anunciado. -----

-----De seguida, pediu desculpa pelo seu tom de voz demasiado exaltado, mas estas coisas apaixonavam-na pela negativa porque ficava realmente muito transtornada com a forma como os municípios eram aqui tratados. As câmaras e os municípios estavam aqui pela proximidade para e para servir, mas aquilo que mais exasperava era que muitas vezes o Estado não fazia nem deixava os municípios fazer. -- -----

-----Disse que neste caso concreto era forma como isto era tratado, porque aquilo que todos tinham ouvido com certeza na comunicação social e que tinham ouvido nos vários ministérios e nas várias salas onde haviam reunido com os Secretários de Estado diferentes de acordo as áreas, era que era a verba que não havia aumento da despesa do Estado, e este era o princípio basilar, que o Estado não ia gastar mais dinheiro na transferência de competências do que gastava hoje, mas era mentira porque ia gastar menos agora porque gastava neste caso concreto 48 mil euros e iria transferir 20 mil euros, e gastava com o protocolo da Cercizimbra 150 mil euros, que não eram suficientes e a mesma já tinha dito que para continuar com esse protocolo quando a Câmara assumisse esta competência, que aquele dinheiro não seria suficiente porque teriam de contratar obrigatoriamente mais gente e teria de ser a CM a fazer esse reforço, e era por estes motivos, para além das outras questões mais ideológicas e mais de fundo, que era intolerável por parte dos municípios aceitar. -----

-----Acrescentou que iriam ter que aceitar porque os Municípios assumiam as suas obrigações legais, mas que os Deputados e os Municípios tinham de ter a noção que para cobrir este défice entre aquilo que iriam receber e aquilo que iriam ter que gastar mesmo em não melhorando a resposta, obviamente que

Ata nº 5 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

iria ser verba que teriam que retirar a outras áreas que eram da competência da Câmara e da Rede viária que era tão falada aqui e nas reuniões de Câmara, obviamente iria haver menos buracos a serem tapados porque vamos teriam de tapar o buraco do Orçamento de Estado que não iria garantir as competências do Município.-----

-----Concluiu dizendo que estes números singelos eram esclarecedores, só estes ao nível da Ação Social, sem falar obviamente das outras questões mais de fundo e essas ainda menos mensuradas neste momento até pela complexidade, sobretudo ao nível do estado edifícios no que dizia respeito à transferência de competências na área da educação. -----

-----Usou da palavra **o Presidente da AMS**, que antes de passar à votação do documento, explicou que o teor da proposta era rejeitar a transferência de competências.-----

-----De seguida, Colocado à votação o **3º ponto da ordem de trabalhos: “Transferência de Competências da Administração Central ao abrigo da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto – Diploma Setorial no Domínio da Ação Social”**, A Assembleia Municipal, estando presentes 23 eleitos, deliberou, **por maioria**, com 14 votos a favor (10 CDU, 1 CHEGA, 2 PPD/PSD, e 1 da Deputada Independente), 8 votos contra do PS e 1 abstenção do BE, sob proposta da Câmara Municipal: -----

-----1. **Rejeitar**, reafirmando as deliberações legalmente adotadas na Sessão Ordinária de dia 13 de setembro de 2018 e na Sessão Ordinária de dia 25 de setembro de 2020, a assunção em 2021, das competências transferidas por via do Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto, que concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais no domínio da ação social.-----

-----2. Comunicar à DGAL a deliberação de rejeição da transferência de competências da Administração Central. Foram _____ prestadas _____ Declarações _____ de _____ Voto:

-----Pelo _____ GM _____ da _____ CDU:

-----“*Votamos a favor da não aceitação da descentralização na área da ação social face à complexidade e grau de incerteza seja no que se refere ao envelope financeiro, seja em relação aos recursos humanos, espaços físicos, meios materiais, e manutenção de funcionamento. Mas mais importante é à garantia de universalidade, equidade no desenvolvimento dos territórios e justiça social para a população*”

-----Pela _____ Deputada _____ Independente:

-----“*Ao contrário do propagandeado pelo Governo, e recentemente repetido pela Sra Presidente da Associação de Municípios, não basta aos municípios proporem a transferência de meios e recursos que necessitam; Sesimbra assim fez, com detalhe e rigor, e não teve qualquer resposta, apenas a confirmação*”

Ata nº 5 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

de que serão transferidos meios e recursos in suficientes. Desta forma não há vontade de proximidade que resista pois quem tende a ser prejudicado são os munícipes.” -----

-----Logo após, o **Presidente da AMS**, dando continuidade aos trabalhos com o **4º ponto da ordem de trabalhos: “Auto de Transferência de Competências e Recursos do Município de Sesimbra para a Freguesia de Santiago, Freguesia do Castelo e Freguesia da Quinta do Conde – Aprovação”**, Cedeu a palavra ao **Presidente da CM** que começou por explicar que este valor auto de transferência surgia na sequência do Decreto 57/2019, e como sabiam tinha deixado de haver a figura de acordos de execução para um conjunto de competências que passavam de ser a figura de delegadas para passar a ter a figura de transferidas para as freguesias. -----

-----Disse que tinha havido o entendimento, ainda no final do mandato passado, que não seria adequado no último ano de mandato e sem a composição dos novos órgãos das freguesias e do município, avançar-se para um processo mais profundo de ponderação e de avaliação bilateral de transferência de competências ao abrigo do Decreto 57/2019, e havia-se acordado com as três freguesias que haveria apenas para o ano 2022, partindo do pressuposto até junho tinha que haver esta esta negociação bilateral entre município e as freguesias das competências atribuídas e dos recursos a transferir, que passariam a ser próprias das freguesias e as mesmas não teriam que prestar contas nenhuma ao Município sobre a sua execução, e tinha ficado acertado que durante o ano 2022 avançar-se-ia para este processo negocial e para alguns acertos face a certas matérias, nomeadamente na Quinta do Conde com inclusão da escola nova do Conde 2 que não estava no acordo de execução anterior e aproveitando para fazer um acerto em alta dos valores tendo em conta que também não havia atualização nenhuma dos valores desde 2016. -----

----- Por fim, disse que umas freguesias tinham umas competências e outras tinham outras, e o obviamente que o ano 2022 seria para fazer essa negociação final, sendo que podia sempre ser alterada todos os anos desde que houvesse acordo das duas partes, quer em termos dos recursos financeiros meter quer em termos das competências a serem transferidas definitivamente às freguesias. -----

-----Tomou o uso da palavra o **Deputado Sérgio Faias** que solicitou esclarecimentos sobre quando é que esta efetivação de transferência de competências se podia assumir, e referiu que julgava que seria após a aprovação na Assembleia Municipal. -----

-----Disse que também gostava de perceber como é que ontem tinha havido uma Assembleia de Freguesia em que tinham sido aceites estas competências quando as mesmas ainda não haviam sido aceites pela Assembleia Municipal. Acrescentou que corriam o risco de não ser aprovada hoje a aceitação da transferência e já ter havido uma Assembleia de Freguesia que já as aceitou. -----

Ata nº 5 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Foi cedida a palavra ao **Presidente da Junta de Freguesia da Quinta do Conde**, Carlos Pólvora, que começou por dizer que esta minuta de auto de transferência que tinha sido apresentada, contemplava as competências a ser transferidas para todas as juntas de freguesia, para a Quinta do Conde considerava essencialmente duas, as obras e reparações nos estabelecimentos de educação pré-escolar e do primeiro ciclo do ensino básico, e aqui o que se notava era que os valores a serem calculados na área de construção de metros quadrados, estava em 5,5 e tinha passado para 6,5, e na área exterior em metros quadrados tinha vários valores e tinha passado para um valor uniforme de um 1,5. Isto queria dizer que para a Quinta do Conde que tinha nesta transferência de obras reparações de estabelecimentos de educação pré-escolar e primeiro ciclo do ensino básico, tinha passado de 85 mil euros para 122 mil euros. -----

-----Disse que em conversas que tinha tido com o Presidente da Câmara, já tinha a perspetiva de aumento, que lhe tinha sido transmitida, mas essa perspetiva foi realmente introduzida no orçamento, e portanto estavam realmente satisfeitos com essa diferença de 85 para 122 mil euros.

Disse também que a sua preocupação era que estava instituído para os anos de 2023, 2024, 2025 e 2026, uma verba de 87 mil e 300 euros, muito inferior ao valor que era atribuído em 2022, e acrescentou que gostava de ter algum esclarecimento sobre isto. -----

-----Em relação à limpeza e conservação de valetas, bermas e passeios, disse que em medição de metros, tinha passado de 0,35 euros para 1,20, o que dava um aumento de 74 mil para 127 mil euros. Referiu que no sentido da conversa com o Presidente da CM, já tinham colocado no orçamento o valor na ordem dos 104 mil euros, mas também aqui se notava que para os anos de 2023, 2024, 2025 e 2026, a verba de 128 mil euros passava para 75 mil euros.-----

-----Informou que esta minuta de auto de transferência já tinha sido aprovada por unanimidade em reunião de junta, no dia 21 deste mês. Considerava ainda a importância que estas 2 descentralizações de competências tinham para a Freguesia da Quinta do Conde, onde representavam 49% da receita do orçamento da junta, que englobava 63% do total dos trabalhadores da junta. Acrescentou que iria aprovar a proposta deste auto de transferência. -----

-----Disse que hoje se iria realizar a Assembleia de Freguesia da Quinta do Conde, onde este auto de transferência seria colocado à votação, e tinha alguma preocupação com o que se iria passar porque os 2 grupos políticos que tinham votado contra o orçamento de 2022, nomeadamente a CDU e o BE, se os valores que estavam aqui a ser propostos eram valores integrantes no orçamento da junta, tinha medo que estas 2 forças políticas, se mantivessem a sua coerência, viessem a votar contra. -----

Ata nº 5 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Usou da palavra a **Deputada Anabela Rocha** que disse que havia 2 situações em que achava que a Junta de Freguesia do Castelo estava prejudicada, nomeadamente na limpeza de passeios, bermas e valetas, porque tinha uma área muito superior à da Freguesia da Quinta do Conde, e sendo uma freguesia muito mais rural não percebia que recebesse o mesmo valor que a Quinta do Conde. -----

-----Perguntou, uma vez que a CM tinha disponibilidade para contratar mais 35 assistentes operacionais para a Divisão de Ambiente Urbano e pretendia atribuir à Freguesia do Castelo uma transferência acrescida de varredura de algumas localidades, porque é que não transferia também para o Castelo verbas de recursos humanos. Perguntou também porque é que as verbas para recursos humanos só existiam para a Quinta do Conde.-----

-----Foi cedida a palavra ao Presidente da CM para que respondesse às questões, este começou por responder à questão colocada pelo Deputado Sérgio Faias dizendo que não era uma questão pertinente porque qualquer uma das entidades, Freguesia e/ou Município tinham que aprovar nos respetivos órgãos, e não havia nenhuma precedência prevista no Decreto-Lei sobre primeiro aprovar na Assembleia Municipal ou na Assembleia Freguesia porque era uma independência de cada uma delas. O que dizia a legislação era que se houvesse uma delas que não autorizasse a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia a assinar o respetivo acordo, tinha de se iniciar novo procedimento negocial. Portanto, a lei pressupunha que houvesse a autorização das respetivas assembleias de Freguesia e da Assembleia Municipal para assinatura dos autos de transferência.-----

----- Disse também que a legislação pressupunha inclusivamente que se não fosse a CM a fazer uma proposta, por omissão da Câmara podia a própria Junta de Freguesia suscitar junto à AM um auto de transferência, portanto não dependeria da Câmara autorizar ou não mas dependeria da Assembleia Municipal.-----

----- Sobre as questões colocadas pelo Presidente da Junta de Freguesia da Quinta do Conde, disse que deduzia já que era um erro o valor que vinha identificado nas GOP's, porque este tinha sido o último valor inserido nos documentos das Grandes Opções do Plano porque havia resultado obviamente da negociação, sendo que as previsões para o ano 2022 não deixavam de ser previsões, e nos anos seguintes tinham que colocar lá a previsão mais aproximada possível, mas se em cada um dos anos se aqueles a que os instrumentos previsionais diziam respeito muitas vezes não eram as mais corretos porque tinham desvios como não podia deixar de ser, se não a execução era é 100% pura e dura, nos anos seguintes só grande parte daqueles que tinham mesmo compromissos assumidos é que eram os mais realistas possíveis, como por exemplo de uma empreitada já tivesse uma consignação ou que estivesse em curso e que soubessem

Ata nº 5 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

objetivamente qual era, de acordo com o contrato, os montantes a pagar em cada um dos respetivos anos.

-----Disse que no caso em apreço destas competências, a partir de 2023, havendo acordo até junho e comunicado a Direção-Geral de Autarquias Locais (DGAL) até 30 de junho, deixaria de ser a Câmara a transferir as verbas e passaria a ser diretamente através da DGAL, deduzidas as transferências do Orçamento de Estado para a Câmara Municipal de Sesimbra, por duodécimos também. -----

-----Relativamente às questões colocadas pela Deputada Anabela Rocha, disse que não conseguia compreender porque efetivamente o que estava no Castelo e na Quinta do Conde não era mais nem menos do que tinha estado nos 4 anos anteriores, e não havia nenhum acréscimo nem de áreas nem de quilómetros. Eram exatamente os mesmos que tinham vindo a estar desde que o próprio tinha sido Presidente da Junta de Freguesia do Castelo.-----

-----Referiu que o Castelo tinha uma determinada área que não era a totalidade da freguesia, que tinha sido acordado na altura com o Município bilateralmente, que tinha o número de metros calculado, e a Freguesia da Quinta do Conde também tinha o número de metros calculado e era sobre esse número que era efetuada, em igual valor, as transferências para a Quinta do Conde e para o Castelo. O Castelo somava, em 4 localidades, Para além da limpeza de bermas e passeios, que era igual à Quinta do Conde, a varredura urbana, que não era mais nem menos do que existia há dois, três, quatro, cinco ou seis anos atrás, pelo menos desde 2014 que a Junta do Castelo tinha assumido a varredura urbana em Alfarim, Meco, Zambujal e Almuinha. Acrescentou que também estava calculado em termos de metros, as zonas em que eram efetuadas essas mesmas varreduras. -----

-----Explicou que este auto de transferência e estes montantes pressupunham um quadro de autonomia da Freguesia que se quisesse contratar pessoal ou contratar *outsourcing*. No quadro anterior, a execução desta competência era delegada e no quadro atual a câmara transferia definitivamente para as freguesias e passava a ser competência própria e nem sequer existia nenhum controle de execução, nem físico nem financeiro, ou seja estava num quadro de autonomia como em outras matérias, por exemplo a manutenção da rede viária municipal que se não estivesse em condições a responsabilidade era da câmara e não de outra entidade. -----

-----Disse que no caso de limpeza de bermas e passeios naqueles sítios e naqueles locais onde estava definido no auto de transferência, que era igual ao antigo acordo de execução que tinha pelo menos 7 anos, portanto responsabilidade passava a ser da Freguesia tal como na manutenção dos estabelecimentos



Assembleia Municipal de Sesimbra

de ensino daquelas pequenas obras que estavam definidas, e não era a câmara que iria pedir satisfações à Junta de Freguesia por ser feito ou não, havia de ser as escolas diretamente. -----

-----Quanto aos recursos humanos, disse que dizia respeito a uma transferência por mobilidade que já existia na Freguesia da Quinta do Conde de um funcionário, assistente administrativo, do Município que estava em mobilidade na Junta de Freguesia da Quinta do Conde para o exercício das competências que tinham a ver, essencialmente, com o acompanhamento do mercado e outras questões. Acrescentou que já no acordo de execução anterior, previa a transferência da verba para pagamento desse trabalhador e neste vinha também. Num futuro auto de transferência podia acontecer, no caso de um alargamento das áreas da Freguesia do Castelo ou da Quinta do Conde, passava para a varredura em todas as localidades e passava para a limpeza de bermas e passeios em todas as áreas, podia-se considerar a transferência de recursos humanos.-----

-----Por fim, deixou a nota de que havendo a autorização de cada uma das assembleias de freguesia mais a Assembleia Municipal, durante o mês de janeiro seria assinado para que tivesse efeito a partir do dia 1 de janeiro. -----

-----Não se verificando mais intervenções o **Presidente da AMS** informou que iria colocar à votação a proposta da CMS subordinada ao assunto “**Auto de Transferência de Competências e Recursos do Município de Sesimbra para a Freguesia de Santiago, Freguesia do Castelo e Freguesia da Quinta do Conde – Aprovação**”, tendo a Assembleia Municipal, estando presentes 23 eleitos, deliberado, por maioria, com 21 votos a favor (10 CDU, 8 PS, 2 PSD e 1 Chega), 1 voto contra da Deputada Independente e 1 abstenção do BE, nos termos do n.º 3 do artº 2º do Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de Abril, conjugado com o n.º 1 do mesmo artº, aprovar os Autos de Transferência de Competências e de Recursos a celebrar com as Freguesias de Quinta do Conde, do Castelo e de Santiago, conforme minutas anexadas ao processo, com início de vigência em 01 de janeiro de 2022:-----

----- Auto de transferência de Competências Freguesia de Quinta do Conde; -----

----- Auto de transferência de Competências Freguesia do Castelo; -----

----- Auto de transferência de Competências Freguesia de Santiago; -----

----- Mapa Síntese das Transferências Financeiras.-----

-----Prestou Declaração de Voto a Deputada Independente:-----

-----Declaração de voto transferência competências Freguesias -----

-----“*Não há um tratamento equitativo das freguesias visto que o Castelo, que tem uma área muito*”



Assembleia Municipal de Sesimbra

superior à Quinta do Conde, e principalmente um contexto muito mais rural, recebe praticamente o mesmo valor que a Quinta do Conde para limpeza de passeios, bermas e valetas. -----

-----Por outro lado não se compreende porque é que só a Quinta do Conde tem transferências para recursos humanos visto que o Castelo tem uma transferência acrescida de varredura de várias localidades e a Câmara propõe que a Divisão de Ambiente Urbano contrate mais 35 assistentes operacionais, sendo que seria então possível reforçar o Castelo com alguns destes profissionais.” -----

O Presidente da AMS, antes de encerrar a sessão, desejou a todos os presentes, ao público que assistia através das plataformas, funcionários da Autarquia, Municípes e familiares, um ano de 2022 repleto de saúde e também com paz, prosperidade, solidariedade e muita democracia. -----

-----Não havendo mais nada a tratar, a **Deputada Sandra Carvalho** solicitou a dispensa da leitura da ata em minuta da presente reunião, que aqui se dá como inteiramente reproduzida para todos os devidos e legais efeitos, tendo a mesma sido considerada aprovada, por unanimidade, procedendo-se à respetiva assinatura. -----

-----Seguidamente, o Presidente da Assembleia Municipal declarou encerrada a sessão eram vinte e três horas e cinquenta e cinco minutos.-----

-----Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente ata que após aprovação vai ser assinada pelo Presidente e por quem a lavrou. -----